

IOCHPE-MAXION S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Disposições gerais

A Iochpe-Maxion S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&FBOVESPA S.A. com o código de negociação MYPK3.

As atividades da Companhia e de suas controladas são desenvolvidas em 32 unidades distribuídas no Brasil e no exterior, organizadas no segmento automotivo, divididas entre as unidades de rodas e componentes estruturais, conforme a seguir:

i. Segmento automotivo - rodas

- Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço nas unidades localizadas em:
 - Cruzeiro e Guarulhos - Brasil.
 - Nantong - China.
 - Akron - Estados Unidos da América.
 - Königswinter - Alemanha.
 - Manisa - Turquia.
 - Pune - Índia.
 - San Luis Potosi - México.
- Fabricação e comercialização de rodas leves de aço e alumínio para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios nas unidades localizadas em:
 - Limeira, Santo André e Guarulhos - Brasil.
 - San Luis Potosi, Tlalnepantla e Chihuahua - México.
 - Königswinter - Alemanha.
 - Ostrava - República Checa.
 - Manisa - Turquia.

- Pune - Índia.
- Bangkok - Tailândia.
- Johannesburg - África do Sul.
- Sedalia - Estados Unidos da América.
- Manresa - Espanha.
- Dello - Itália.

Também são comercializadas rodas leves e pesadas nas unidades localizadas em Novi - Estados Unidos da América e Amsterdã - Holanda.

Adicionalmente, a Companhia, por meio da Remon Resende Montadora Ltda. (“Remon”), seu negócio em conjunto, também atua na prestação de serviços de montagem e balanceamento de conjunto de pneus e rodas em sua unidade na cidade de Resende - Rio de Janeiro.

ii. Segmento automotivo - componentes estruturais

- Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais nas seguintes unidades:
 - Cruzeiro, Sete Lagoas, Resende e Juiz de Fora - Brasil.
 - Córdoba - Argentina.
 - Castaños - México.
 - Canelones - Uruguai.
- Fabricação e comercialização de componentes estruturais leves (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, peças estruturais para automóveis e outros componentes automotivos) nas unidades localizadas em Cruzeiro e Contagem - Brasil e Córdoba - Argentina.

Adicionalmente, a Companhia, por meio da Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. (“AmstedMaxion”), seu negócio em conjunto, com unidades localizadas em Cruzeiro e Hortolândia, dedica-se à produção e comercialização de fundidos industriais, equipamentos, rodas ferroviárias e vagões ferroviários de carga.

b) Reorganizações societárias

- i. Em 27 de setembro de 2012, a controlada indireta Hayes Lemmerz Alumínio S. de R.L. de C.V., localizada em Chihuahua - México, teve a sua razão social alterada para Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V.

- ii. Em 1º de outubro de 2012, a controlada indireta Hayes Lemmerz Indústria de Rodas Ltda., localizada em Santo André - São Paulo, incorporou a também controlada indireta Borlem S.A. Empreendimentos Industriais, localizada em Guarulhos - São Paulo, obtendo maior sinergia e, conseqüentemente, redução de custos operacionais e financeiros com a otimização das estruturas administrativas.
- iii. Em 5 de outubro de 2012, a controlada indireta Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V., localizada em Chihuahua - México, foi adquirida da controlada HLI European Holdings ETVE, S.a.r.l. pela controlada Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A. de C.V., por meio de uma combinação de negócios entre partes relacionadas, com o objetivo de simplificar a estrutura societária, obtendo maior sinergia e, conseqüentemente, redução de custos operacionais e financeiros.
- iv. Em 17 de outubro de 2012, a controlada indireta Hayes Lemmerz Inci Jant Sanayie, A.S. inaugurou uma nova planta de rodas de alumínio em Manisa - Turquia.
- v. Em 26 de outubro de 2012, a controlada Maxion Hong Kong Limited., empresa inativa conforme divulgado, foi definitivamente encerrada.
- vi. Em 1º de dezembro de 2012, foi constituída a controlada indireta Iochpe-Maxion Austria GmbH e, em seguida, a controlada indireta Iochpe Holdings Austria GmbH, em que a Companhia passou a consolidar os seus investimentos no exterior, exceto China, Holanda e Argentina.
- vii. Em 14 de dezembro de 2012, a controlada indireta Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de CV. ("Inmagusa"), localizada em Castaños - México, por meio de uma combinação de negócios com partes relacionadas, passou a ser uma controlada direta da Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A. de C.V., a qual, anteriormente, era uma controlada direta da Maxion Fumagalli de México de C.V.
- viii. Em 17 de dezembro de 2012, as controladas Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V. e Iochpe Holdings, LLC passaram a ser controladas da Iochpe Holdings Austria GmbH. Com essa nova estrutura, essas empresas passaram a ser controladas indiretas da Companhia em 31 de dezembro de 2012.
- ix. Em 1º de janeiro de 2013, a controlada indireta Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V. incorporou as também controladas indiretas Maxion Fumagalli de México de C.V., localizada em San Luis Potosí - México, e a Iochpe Sistemas Automotivos - S. de R.L. de C.V., localizada em Tlalnepantla - México, obtendo maior sinergia e, conseqüentemente, a redução de custos operacionais e financeiros com a otimização das estruturas administrativas.
- x. Em 1º janeiro de 2013, a controlada indireta Maxion Componentes Estructurales localizada em Castaños - México incorporou a também controlada indireta Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V., permanecendo a razão social da Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V., com o objetivo de simplificar a estrutura societária no México.
- xi. Em 28 de fevereiro de 2013, a controlada indireta Maxion Fumagalli Japan KK foi encerrada.

- xii. Em 19 de setembro de 2013, a controlada indireta Hayes Lemmerz Finance LLC - Luxembourg S.C.A teve a sua razão social alterada para Maxion Luxembourg Holdings S.a.r.l.
- xiii. Em 30 de setembro de 2013, a controlada indireta Hayes Lemmerz Finance LLC foi encerrada.
- xiv. Em 30 de setembro de 2013, a Iochpe Holdings Austria GmbH adquiriu 5,1% de participação na empresa Hayes Lemmerz Immobilien GmbH & Co.KG da controlada indireta HLI Netherlands Holdings, Inc.
- xv. Em 18 de outubro de 2013, a HLI Delaware Holdings LLC, incorporou as controladas HLI Realty, Inc, Hayes Lemmerz International - Howell, Inc, Hayes Lemmerz International - Laredo, Inc.
- xvi. Em 18 de outubro de 2013, a HLI Delaware Holdings LLC, incorporou a HLI Suspension Holding Company LLC.
- xvii. Em 31 de outubro de 2013, a HLI Operating Company, Inc. incorporou a HLI Netherlands Holdings, Inc.
- xviii. Em 31 de outubro de 2013 a HLI Operating Company, Inc adquiriu as ações das empresas Hayes Lemmerz International - Commercial Highway, Inc., Hayes Lemmerz International - Sedalia, LLC, Hayes Lemmerz International Import, LLC e Hayes Lemmerz International - Georgia, LLC.

2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS (COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS)

Grupo Galaz S.A. de C.V.

Em 23 de janeiro de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada indireta Maxion Fumagalli de México S de R.L. de C.V., adquiriu a participação societária de 100% do Grupo Galaz S.A. de C.V. (“Grupo Galaz”) e de suas subsidiárias, uma fabricante mexicana de longarinas de aço para veículos comerciais.

Na mesma data, o Grupo Galaz teve a sua razão social alterada para “Maxion Inmagusa S.A. de C.V.” (“Maxion Inmagusa”), conforme Assembleia de Acionistas.

A aquisição do controle da Maxion Inmagusa foi feita com o objetivo de aumentar a presença da divisão de componentes estruturais da Companhia nos mercados mexicano e norte-americano (Associação Norte-americana de Livre Comércio (NAFTA)).

O resultado das operações da Maxion Inmagusa referente ao período de 11 meses findo em 31 de dezembro de 2012 contribuiu com uma receita líquida de R\$395.511 e com um lucro líquido de R\$47.638. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, a Administração estimou que a receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 seria de R\$418.884 e o lucro líquido do exercício, de R\$55.772. Para estimar esses montantes, a Administração considerou que os ajustes ao valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos, caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012.

O valor da contraprestação transferida e os valores justos reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição são demonstrados a seguir:

Contraprestação transferida

Caixa	<u>201.972</u>
-------	----------------

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, avaliados a valores justos

Caixa e equivalentes de caixa	37.002
Contas a receber e outros créditos	76.381
Estoques	47.220
Imobilizado	124.864
Fornecedores e outras obrigações	(238.163)
Imposto de renda diferido passivo	(10.782)
Passivos contingentes	(1.491)
Participação dos acionistas não controladores	(6)
Total líquido de ativos identificáveis	<u>35.025</u>

Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi identificado conforme segue:

Valor da contraprestação transferida	201.972
Total líquido de ativos identificáveis	<u>(35.025)</u>
Ágio apurado preliminarmente	<u>166.947</u>

Em janeiro de 2013, a Administração, valendo-se das disposições do pronunciamento técnico CPC 15(R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, que permite que ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” de até um ano sejam revistos, revisou o processo de alocação do preço de compra (“Purchase Price Allocation - PPA”) da referida controlada e alocou o montante adicional líquido de R\$29.605, referente à revisão de provisões para imposto de renda corrente e diferido da controlada.

Dessa forma, o ágio final apurado resultou em R\$196.552, conforme a seguir:

	<u>R\$</u>
Valor da contraprestação transferida	201.972
Total líquido de ativos identificáveis	<u>(35.025)</u>
Ágio apurado preliminarmente	166.947
Alocação adicional referente à provisão de imposto de renda	<u>29.605</u>
Ágio final apurado	<u>196.552</u>

Em adição aos ativos líquidos identificados, a Companhia reconheceu um passivo tributário contingente, avaliado a valor justo, relativo ao risco decorrente da utilização de prejuízos fiscais de anos anteriores por parte das empresas do Grupo Galaz no montante original de R\$35.560, tendo reconhecido em contrapartida depósito em garantia (“escrow”) no mesmo montante. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado desse depósito em garantia é de R\$21.621 (R\$38.827 em 31 de dezembro de 2012). Vide detalhes na nota explicativa nº 19.

O ágio apurado foi atribuído à rentabilidade futura, que será obtida principalmente em decorrência das sinergias a serem obtidas da qualidade e do talento técnico da força de trabalho, tanto dos colaboradores da Companhia como da Maxon Inmagusa, como daquelas que se espera atingir em decorrência da integração das operações entre as diversas unidades da Companhia.

Pelo fato de o ágio ter sido gerado em uma controlada no exterior, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia no Brasil, este não é dedutível para fins fiscais.

No balanço patrimonial consolidado, o ágio está demonstrado na rubrica “Intangível” e sujeito ao teste anual de “impairment”, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”).

Hayes Lemmerz International, Inc.

Em 1º de fevereiro de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada direta Iochpe Holdings, LLC, adquiriu a participação societária de 100% da Hayes Lemmerz International, Inc. (“Hayes Lemmerz”) e de suas controladas, uma fabricante de rodas automotivas de aço e de alumínio para veículos leves e de aço para veículos comerciais.

Em 24 de fevereiro de 2012, a Hayes Lemmerz teve a sua razão social alterada para Maxon Wheels (“Maxon Wheels”), conforme “Action by Unanimous Written Consent of the Sole Stockholder”.

A aquisição do controle da Maxon Wheels permitirá à Companhia aumentar a sua presença global, através das 17 unidades industriais localizadas nos Estados Unidos da América, no México, no Brasil, na Alemanha, na República Checa, na Turquia, na Espanha, na Itália, na África do Sul, na Índia e na Tailândia.

O resultado das operações da Maxon Wheels referente ao período de 11 meses findo em 31 de dezembro de 2012 contribuiu com uma receita líquida de R\$2.845.825 e um lucro líquido do exercício de R\$78.296. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, a Administração estimou que a receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 seria de R\$3.069.640 e o lucro líquido do exercício, de R\$76.667. Para estimar esses montantes, a Administração considerou que os ajustes ao valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos, caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012.

O valor da contraprestação transferida e os valores justos reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição são demonstrados a seguir:

Contraprestação transferida

Caixa	1.120.488
-------	-----------

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, avaliados a valores justos

Caixa e equivalentes de caixa	195.730
Contas a receber e outros créditos	445.439
Estoques	227.895
Imposto de renda diferido ativo	14.862
Imobilizado	1.039.034
Intangíveis	112.463
Fornecedores e outras obrigações	(655.049)
Empréstimos e financiamentos	(261.846)
Passivo atuarial de plano de pensão e benefícios pós-emprego	(226.319)
Imposto de renda diferido passivo	(69.313)
Passivos contingentes	(17.195)
Participação dos acionistas não controladores	(148.132)
Total líquido de ativos identificáveis	<u>657.569</u>

Ágio

O ágio reconhecido preliminarmente como resultado da aquisição foi identificado conforme segue:

Valor da contraprestação transferida	1.120.488
Total líquido de ativos identificáveis	<u>(657.569)</u>
Ágio apurado preliminarmente	<u>462.919</u>

A Administração, valendo-se das disposições do pronunciamento técnico CPC 15(R1)/IFRS 3, que permite que ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” de até um ano sejam revistos, revisou o processo de alocação do preço de compra (PPA) da referida controlada e alocou o montante adicional líquido de R\$14.608, referente a: (i) valores justos de imobilizado, líquidos dos efeitos de depreciação referente ao período de março a dezembro de 2012, no montante de R\$17.025 (alocado no quarto trimestre de 2012); e (ii) outros ajustes de ativos e passivos identificáveis no valor líquido de R\$2.417 (alocados no primeiro trimestre de 2013).

Dessa forma, o ágio final apurado resultou em R\$448.311, conforme a seguir:

	<u>R\$</u>
Valor da contraprestação transferida	1.120.488
Total líquido de ativos identificáveis	<u>(657.569)</u>
Ágio apurado preliminarmente	462.919
(-) Alocação adicional de valores justos ao imobilizado	(17.025)
(+) Ajustes adicionais de ativos e passivos identificáveis	<u>2.417</u>
Ágio final apurado	<u>448.311</u>

O ágio apurado foi atribuído à rentabilidade futura, que será obtida principalmente em decorrência das sinergias a serem obtidas da qualidade e do talento técnico da força de trabalho, tanto dos colaboradores da Companhia como da Maxon Wheels, como daquelas que se espera atingir em decorrência da integração das operações entre as diversas unidades do negócio de rodas da Companhia.

Pelo fato de o ágio ter sido gerado em uma controlada no exterior, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia no Brasil, este não é dedutível para fins fiscais.

No balanço patrimonial consolidado, o ágio está demonstrado na rubrica “Intangível” e sujeito ao teste anual de “impairment”, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs.

Relacionamentos preexistentes

A Companhia não possuía relacionamentos preexistentes de nenhuma natureza com o Grupo Galaz e com a Hayes Lemmerz.

Custos de aquisição

Os custos relacionados à aquisição incorridos com o processo de “due dilligence” e os advogados externos totalizaram R\$1.276 e foram registrados como despesas administrativas no resultado.

Critérios de avaliação dos valores justos na data de aquisição

Os ativos e passivos, respectivamente, adquiridos e assumidos foram avaliados a valores justos considerando as técnicas de mercado geralmente aceitas, exceto para estoques, bens do ativo imobilizado e de certos itens do intangível, os quais foram avaliados utilizando técnicas específicas de mercado. Os demais elementos foram avaliados pelo método de fluxo de caixa descontado. No caso de recebíveis de clientes e outros créditos, devido aos prazos dos valores brutos serem inferiores a 60 dias, não houve diferença significativa entre os valores brutos e os valores justos registrados.

3. EMPRESAS DO GRUPO

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas. Com base nas novas normas de consolidação de negócios em conjunto vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013, pronunciamento técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, os negócios em conjunto deixaram de ser consolidados proporcionalmente, tendo sido as informações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2012 reapresentadas para permitir a comparabilidade com as informações contábeis do exercício corrente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 34.

	País	Participação direta - %		Participação indireta - %	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	Brasil	99,99	99,99	0,01	0,01
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	China	100,00	100,00	-	-
Cooperatie Maxion Europe U.A. (3)	Holanda	99,99	99,99	0,01	0,01
Newbridge Strategic Partners (2)	Cayman	100,00	100,00	-	-
Iochpe-Maxion Austria GmbH	Áustria	100,00	100,00	-	-
Iochpe Holdings Austria GmbH	Áustria	-	-	100,00	100,00
Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A. de CV.	México	-	-	100,00	100,00
Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de CV. (4)	México	-	-	100,00	100,00
Servicios Corporativos Inmagusa S.A. de CV. (4)	México	-	-	100,00	100,00
Representaciones Inmagusa S.A. de CV. (4)	México	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de CV. (5)	México	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Fumagalli de México C.V. (5)	México	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels Chihuahua S. de R.L. de CV. (5)	México	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Fumagalli S.A. de CV. (5)	México	-	-	100,00	100,00
Iochpe Holdings, LLC	EUA	-	-	100,00	100,00
Maxion Fumagalli Automotive U.S.A., Inc	EUA	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels (1)	EUA	-	-	100,00	100,00
HLI Operating Company, Inc. (1)	EUA	-	-	100,00	100,00
HLI Delaware Holdings, LLC (1)	EUA	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz International - Commercial Highway, Inc. (1)	EUA	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz International - Sedalia, LLC (1)	EUA	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz International - Import, LLC (1)	EUA	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz International - Georgia, LLC (1)	EUA	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Japan KK (1)	Japão	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Luxemburg Holdings S.a.r.l. (1)	Luxemburgo	-	-	100,00	100,00
Maxion Luxembourg Holdings S.a.r.l. (1)	Luxemburgo	-	-	100,00	100,00
HLI European Holdings ETVE, S.a.r.l. (1)	Luxemburgo	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Czech s.r.o. (1)	República Checa	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Germany Holding GmbH (1)	Alemanha	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Manresa, S.L. (1)	Espanha	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L. (1)	Espanha	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Italy Holding, S.r.l. (1)	Itália	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz S.r.l. (1)	Itália	-	-	100,00	100,00
Siam Lemmerz Co., Ltd (1)	Tailândia	-	-	70,00	70,00
Automotive Overseas Investments (Proprietary) Limited (1)	África do Sul	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz South Africa (Proprietary) Limited (1)	África do Sul	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Holdings GmbH (1)	Alemanha	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Königswinter GmbH (1)	Alemanha	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Immobilien GmbH & Co. KG (1)	Alemanha	-	-	100,00	100,00
Kalyani Hayes Lemmerz Limited (1)	Índia	-	-	85,00	85,00
Hayes Lemmerz Werke GmbH (1)	Alemanha	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Indústria de Rodas S.A. (1)	Brasil	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz İnci Jant Sanayi, A.S. (1)	Turquia	-	-	60,00	60,00
Hayes Lemmerz Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. (1)	Turquia	-	-	60,00	60,00

(1) Referem-se às demonstrações financeiras subconsolidadas pela controlada Iochpe Maxion Austria GmbH (Iochpe Holdings, LLC - EUA em 31 de dezembro de 2012). Empresas adquiridas em 1º de fevereiro de 2012, conforme descrito na nota explicativa nº 2.

(2) Refere-se à controlada inativa.

(3) Refere-se à empresa constituída em 2010 com participação indireta da controlada Maxion Componentes Estruturais Ltda.

(4) Referem-se às demonstrações financeiras subconsolidadas pela controlada Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V. Empresas adquiridas em 23 de janeiro de 2012, conforme descrito na nota explicativa nº 2.

(5) Referem-se às demonstrações financeiras subconsolidadas pela controlada Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.

Negócios em conjunto

Os investimentos nos negócios em conjunto AmstedMaxion (50% de participação), Maxion Montich S.A. (“Maxion Montich”) (50% de participação) e Remon (33,33% de participação direta e 33,33% de participação indireta) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e suas informações contábeis não são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de o controle ser compartilhado, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013, pronunciamento técnico CPC 19 (R2)/IFRS 11.

O controle compartilhado sobre os negócios em conjunto é avaliado com base nas disposições dos acordos de acionistas, que requerem o consentimento unânime das partes nas decisões de negócio.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.c), as informações contábeis do negócio em conjunto Remon são tomadas por equivalência patrimonial, considerando sempre um mês de defasagem.

A natureza das operações dos negócios em conjunto é como segue:

- AmstedMaxion
 - Dedicar-se à produção e comercialização de fundidos industriais, equipamentos, rodas ferroviárias e vagões ferroviários de carga em Hortolândia e Cruzeiro - Brasil.
- Maxion Montich
 - Dedicar-se à fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais em Córdoba - Argentina, Sete Lagoas - Brasil e Canelones - Uruguai.
- Remon
 - Dedicar-se à montagem e ao balanceamento de conjunto de pneus e rodas em sua unidade na cidade de Resende - Brasil.

Os principais grupos de contas ativos e passivos e de resultado dos referidos negócios em conjunto estão apresentados a seguir:

	Amsted-Maxion		Maxion Montich		Remon	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Balancos patrimoniais:						
Ativo circulante	310.430	251.355	36.854	38.363	1.051	709
Ativo não circulante	<u>320.377</u>	<u>384.834</u>	<u>55.008</u>	<u>63.260</u>	<u>110</u>	<u>115</u>
Total do ativo	<u>630.807</u>	<u>636.189</u>	<u>91.862</u>	<u>101.623</u>	<u>1.161</u>	<u>824</u>
Passivo circulante:	423.810	400.341	41.793	43.946	457	534
Passivo não circulante	199.695	199.139	15.674	19.573	82	83
Patrimônio líquido	<u>7.302</u>	<u>36.709</u>	<u>34.395</u>	<u>38.104</u>	<u>622</u>	<u>207</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>630.807</u>	<u>636.189</u>	<u>91.862</u>	<u>101.623</u>	<u>1.161</u>	<u>824</u>
Demonstrações de resultados:						
Receita líquida de vendas	586.316	755.516	155.154	101.138	3.012	2.286
Custo dos produtos vendidos	<u>(586.107)</u>	<u>(720.617)</u>	<u>(138.498)</u>	<u>(97.049)</u>	<u>(1.665)</u>	<u>(1.742)</u>
Lucro bruto	209	34.899	16.656	4.089	1.347	544
Despesas operacionais, líquidas	(124.272)	(129.716)	(14.540)	(10.859)	(858)	(809)
Ganho na alienação de imóvel	89.081	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>5.575</u>	<u>33.431</u>	<u>(500)</u>	<u>2.128</u>	<u>(75)</u>	<u>(56)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(29.407)</u>	<u>(61.386)</u>	<u>1.616</u>	<u>4.642</u>	<u>414</u>	<u>(321)</u>

O negócio em conjunto AmstedMaxion possui um contrato de aluguel de imóvel datado de 14 de junho de 2013, no qual está localizada sua planta da unidade de Hortolândia, com prazo de cinco anos.

Em 31 de dezembro de 2013, a obrigação futura estimada resume-se aos valores descritos na tabela a seguir, os quais não incluem eventuais valores correspondentes a renovações:

	<u>R\$ mil</u>
2014	15.384
2015	15.384
2016	15.384
2017	15.384
2018	15.384
Total	<u>76.920</u>

4. BASES DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, identificadas como Consolidado (BR GAAP e IFRS).
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e negócios em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos na controladora pelo seu valor justo ou pelo custo; entretanto, a equivalência patrimonial é determinada pela legislação societária brasileira, nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado avaliados pelo custo atribuído e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) Moeda funcional e de apresentação.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada Empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 5, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

d.1) Avaliação do valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das UGCs e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

d.2) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 5.j.3, a Companhia faz uma avaliação da vida útil remanescente estimada dos bens do imobilizado, anualmente, no fim de cada exercício. Vide detalhes das vidas úteis dos ativos na nota explicativa nº 13.

d.3) Outras áreas que envolveram estimativas e julgamentos estão sendo divulgadas como segue:

- Nota explicativa nº 2 - Determinação do valor justo de ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios.
- Nota explicativa nº 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa nº 8 - Provisão para perdas nos estoques.
- Nota explicativa nº 10 - Imposto de renda e contribuição social.

- Nota explicativa nº 19 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 20 - Benefícios pós-emprego.
- Nota explicativa nº 22 - Plano de outorga de opções de compra de ações.
- Nota explicativa nº 27 - Gestão de risco e instrumentos financeiros.

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Consolidação das demonstrações financeiras

a.1) Definição de controladas

São todas as empresas cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não outra empresa. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

a.2) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, diretas e indiretas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da alienação, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$), mesma moeda funcional da Companhia.

a.3) Conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior

A Companhia revisa as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e, na eventualidade de diferenças com aquelas adotadas no Brasil, efetua ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data do balanço.

Os ganhos ou as perdas resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior para a moeda de apresentação da Companhia são reconhecidos como outros resultados abrangentes.

a.4) Negócios em conjunto

De acordo com a alteração do pronunciamento técnico CPC 19 (R2)/IFRS 11, a partir de 1º de janeiro de 2013, os negócios em conjunto passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Anteriormente, esses negócios eram demonstrados por consolidação proporcional.

b) Combinação de negócios

b.1) Demonstrações financeiras consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto ativos ou passivos fiscais diferidos, e os ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 32/IAS 12 - Impostos sobre a Renda e CPC 33/IAS 19 - Benefícios aos Empregados, respectivamente.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida e do valor das participações não controladoras na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Quando a contraprestação transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento de cada exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o valor inicialmente reconhecido, deduzido da amortização acumulada reconhecida.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o exercício de mensuração ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

b.2) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é apresentado como investimento.

c) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. É apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

c.1) Receita de vendas de bens

É reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos para os compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia e às suas controladas; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

c.2) Receita de prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de execução dos serviços, normalmente com base no tempo, nos materiais contratados e nas despesas diretas incorridas.

c.3) Receita de juros

Reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e suas controladas e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

c.4) Receita de aluguéis

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

d) Transações com moeda estrangeira

São convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento da data do balanço. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

e) Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda; e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados nessas categorias.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após o encerramento de cada exercício, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7) e saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 11).

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 refere-se ao derivativo embutido nas debêntures conversíveis, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.d).

Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são representados por empréstimos e financiamentos bancários, incluindo as debêntures (nota explicativa nº 15), os saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 16) e os saldos a pagar a partes relacionadas (nota explicativa nº 11), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até o encerramento de cada exercício.

Método da taxa efetiva de juros

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados, incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos em aberto, tampouco operou com tais instrumentos durante o exercício findo naquela data.

“Hedges” de fluxo de caixa (“hedge accounting”)

Quando um derivativo ou outro instrumento financeiro não derivativo é designado como um instrumento de proteção (“hedge”) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa protegidos (“hedge”) afetando o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de “hedge”. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

g) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se os critérios descritos na nota explicativa nº 7.

h) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Os valores estão divulgados na nota explicativa nº 8.

i) Investimentos

i.1) Investimentos em controladas - prática contábil aplicável somente às demonstrações financeiras individuais.

Avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

i.2) Participações em negócios em conjunto (“joint ventures”).

A Companhia apresenta suas participações em negócios em conjunto, nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial conforme o pronunciamento técnico CPC 19 (R2)/IFRS 11.

j) Imobilizado

j.1) Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

O imobilizado inclui, quando aplicável, todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como outras receitas e despesas operacionais no resultado.

j.2) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

j.3) Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos, posteriormente, como mudança de estimativas contábeis.

k) Intangível

k.1) Ativos intangíveis adquiridos separadamente, incluindo os adquiridos por combinações de negócios

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Compreendem: (i) marcas; (ii) direito de uso de imóveis; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de controladas (no consolidado). Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 14. Os ativos intangíveis sem vida útil definida compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas passaram, a partir de 1º de janeiro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação (“impairment”) e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes.

As licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 14, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 14.

k.2) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São registrados como despesa quando incorridos.

l) Avaliação do valor recuperável - “impairment”

l.1) Ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

l.2) Ágio em controladas

Com o objetivo de testar o valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem ao segmento automotivo e à unidade de negócio ao qual o ágio foi alocado e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

l.3) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

m) Benefícios pós-emprego

m.1) Plano de contribuição definida

As obrigações pelas contribuições a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso da Companhia, o plano de contribuição definida é representado por plano aberto caracterizado por contribuições fixas e sem risco atuarial ou de obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais por parte da Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 20.

m.2) Planos de benefício definido

Para esses planos, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada com base em avaliação atuarial efetuada, anualmente, no fim de cada exercício. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, à medida que os benefícios já foram concedidos, ou, então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano. Qualquer ativo resultante desse cálculo está limitado ao montante das perdas atuariais não reconhecidas e do custo dos serviços passados, acrescido do valor presente de restituições disponíveis e reduções em futuras contribuições ao plano. No caso da Companhia, para as demonstrações financeiras consolidadas existem planos de benefício definido patrocinados pela controlada indireta Maxion Wheels, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

n) Benefícios a colaboradores

n.1) Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

As provisões são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n.2) Remuneração baseada em ações

Para os participantes dos planos das empresas no Brasil, o valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com o correspondente aumento do patrimônio. No encerramento de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica “Opções outorgadas reconhecidas”, que registrou o benefício aos colaboradores, em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 10 (R1)/IFRS 02 - Pagamento Baseado em Ações.

o) Provisões

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 17.

p) Tributação

p.1) Impostos correntes

A provisão para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IRPJ e CSLL é calculada individualmente pela Companhia e por suas controladas com base nas alíquotas vigentes no encerramento de cada exercício, sendo, exceto pelas controladas localizadas no exterior em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países onde se situam essas controladas (vide quadro demonstrativo a seguir), o imposto de renda e a contribuição social da Companhia e das controladas localizadas no Brasil calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para o imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a CSLL e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no encerramento de cada exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

p.2) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas, no encerramento de cada exercício, esperam recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia ou suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

p.3) Impostos correntes e diferidos

Reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

p.4) Alíquotas de imposto de renda das controladas do exterior

<u>País</u>	<u>Alíquota - %</u>
México	30,0
Estados Unidos da América	35,0
Argentina	35,0
China	25,0
Luxemburgo	28,8
Alemanha	31,6
Espanha	30,0
Itália	31,4
República Checa	19,0
Tailândia	23,0
Turquia	20,0
Índia	33,2
África do Sul	28,0
Japão	40,9
Áustria	25,0

q) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.

r) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

s) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração (CPCs 38, 39 e 40) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos e o reconhecimento do valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo como “Outros resultados abrangentes”, observando certos critérios. Essa norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação (CPC 39)

Adiciona orientações sobre a compensação entre ativos e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento

Definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separada, além de requerimentos de divulgação. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IAS 36 - “Impairment” de Ativos (CPC 01)

Adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IAS 39 - “Impairment” de Ativos

Adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRIC 21 - Taxas

Fornecer orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos:				
No Brasil	28.604	9.419	44.592	9.419
No exterior	-	-	288.342	212.374
	<u>28.604</u>	<u>9.419</u>	<u>332.934</u>	<u>221.793</u>
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
No Brasil	150.197	209.010	202.044	209.010
No exterior	-	-	127.252	70.558
	<u>150.197</u>	<u>209.010</u>	<u>329.296</u>	<u>279.568</u>
	<u>178.801</u>	<u>218.429</u>	<u>662.230</u>	<u>501.361</u>

As aplicações financeiras mantidas pela Companhia e por suas controladas no Brasil em 31 de dezembro de 2013 são representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, distribuídos em diversas instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de “rating”, possuem remuneração média de 101,4% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102,2% em 31 de dezembro de 2012) e são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate ou serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

No consolidado, no exterior, em 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras de liquidez imediata estão divididas em: (a) R\$37.638, denominadas em pesos mexicanos e remuneradas à taxa média de 4,1% ao ano (R\$37.283 em 31 de dezembro de 2012, remuneradas à taxa média de 3,1% ao ano); e (b) R\$89.614, denominadas em dólares norte-americanos e remuneradas à taxa média de 0,2% ao ano (R\$33.275 em 31 de dezembro de 2012, remuneradas à taxa média de 0,3% ao ano). Também são classificadas como caixa e equivalentes de caixa por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate ou serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
No País	194.287	199.465	268.588	257.339
No exterior	6.281	11.687	476.994	451.297
Partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	27.279	24.088	7.788	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(721)	(1.879)	(5.557)	(3.995)
	<u>227.126</u>	<u>233.361</u>	<u>747.813</u>	<u>704.641</u>

b) Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldos no início do exercício	(1.879)	(1.736)	(3.995)	(1.736)
Valores recuperados durante o exercício	54	-	54	-
Valores baixados no exercício como incobráveis	2.912	250	4.597	1.100
Complementos de provisão	(1.808)	(393)	(5.910)	(3.204)
Variação cambial	-	-	(303)	(155)
Saldos no fim do exercício	<u>(721)</u>	<u>(1.879)</u>	<u>(5.557)</u>	<u>(3.995)</u>

c) Saldos por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	183.964	208.063	678.759	633.153
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	24.762	17.253	52.016	53.689
De 31 a 60 dias	9.680	1.722	3.112	7.450
De 61 a 90 dias	1.882	2.855	5.899	4.867
De 91 a 180 dias	3.023	1.534	5.646	4.219
Acima de 181 dias	<u>4.536</u>	<u>3.813</u>	<u>7.938</u>	<u>5.258</u>
	<u>227.847</u>	<u>235.240</u>	<u>753.370</u>	<u>708.636</u>

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar a composição dos títulos vencidos, adotando o critério de provisão para créditos de liquidação duvidosa para a totalidade dos títulos vencidos acima de 90 dias e que não apresentem evidências de negociação, e dos clientes concordatários e falidos.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Produtos acabados	55.669	55.921	217.081	228.307
Produtos em elaboração e semiacabados	26.041	54.744	122.443	119.887
Matérias-primas	75.143	58.878	192.441	195.366
Materiais auxiliares e de embalagens	14.145	9.897	102.334	83.983
Adiantamento a fornecedores	13.560	11.338	20.519	18.760
Importações em andamento	2.287	4.735	2.291	4.556
Provisão para perdas	<u>(6.112)</u>	<u>(5.860)</u>	<u>(18.049)</u>	<u>(16.329)</u>
	<u>180.733</u>	<u>189.653</u>	<u>639.060</u>	<u>634.530</u>

Movimentação na provisão para perdas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldos no início do exercício	(5.860)	(2.599)	(16.329)	(7.520)
Reversões	430	160	3.334	1.201
Complementos de provisão	(682)	(3.421)	(3.515)	(9.338)
Variação cambial	-	-	(1.539)	(672)
Saldos no fim do exercício	<u>(6.112)</u>	<u>(5.860)</u>	<u>(18.049)</u>	<u>(16.329)</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	9.612	10.271	13.372	14.140
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	10.173	13.387	10.173	13.416
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.133	912	1.133	1.150
Programa de Integração Social - PIS	354	1.445	5.770	8.097
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	28.315	12.786	29.964	14.701
Outros	4.508	3.750	4.936	3.790
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	45.202	45.004
Turquia	-	-	10.979	10.738
Itália	-	-	6.400	4.817
República Checa	-	-	735	3.451
Outros países	-	-	7.241	9.480
	<u>54.095</u>	<u>42.551</u>	<u>135.905</u>	<u>128.784</u>
Ativo circulante	41.190	32.854	116.509	103.967
Ativo não circulante	12.905	9.697	19.396	24.821

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no ativo e passivo não circulantes têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos fiscais	8.016	7.190	8.648	7.847
Provisão para riscos trabalhistas/cíveis	3.603	1.718	7.371	8.789
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	245	639	1.890	1.358
Provisão para participação nos resultados	6.137	2.860	20.315	4.839
Provisão para perdas dos estoques	3.201	1.992	3.653	5.555
Outras	<u>7.601</u>	<u>11.135</u>	<u>7.679</u>	<u>15.604</u>
Subtotal	<u>28.803</u>	<u>25.534</u>	<u>49.556</u>	<u>43.992</u>
Prejuízos fiscais (**)	5.507	-	65.799	34.043
Base negativa de contribuição social (**)	<u>1.661</u>	<u>-</u>	<u>13.576</u>	<u>12.562</u>
Subtotal	<u>7.168</u>	<u>-</u>	<u>79.375</u>	<u>46.605</u>
Total do ativo	<u>35.971</u>	<u>25.534</u>	<u>128.931</u>	<u>90.597</u>
Passivo não circulante:				
Diferença de depreciação vida útil imobilizado	39.106	28.995	167.305	118.616
Diferença de amortização vida útil intangível	-	-	22.020	12.791
Custo atribuído - imobilizado - CPC 27 - Ativo Imobilizado	59.727	64.572	59.727	64.572
Custos financeiros capitalizados - CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	7.233	5.532	7.233	5.532
Amortização fiscal do ágio sobre investimentos (*)	27.539	20.795	27.539	20.795
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.383</u>
Total do passivo	<u>133.605</u>	<u>119.894</u>	<u>283.824</u>	<u>237.689</u>
Compensações com o ativo	(35.971)	(25.534)	(43.187)	(44.787)
Ativo tributário diferido líquido	-	-	85.744	45.810
Passivo tributário diferido líquido	<u>97.634</u>	<u>94.360</u>	<u>240.637</u>	<u>192.902</u>

- (*) Devido à revogação da prática contábil de amortização de ágio gerado na aquisição de controladas, conforme as alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 a Companhia passou a aproveitar o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da ex-controlada Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda., no montante de R\$119.018, através do Regime Tributário de Transição - RTT, cujo efeito estava sendo anteriormente compensado à razão de 1/72 avos mensais, com valor de amortização mensal de R\$1.653, o qual vem gerando um impacto tributário de R\$562 ao mês. Para isso, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre a base para aproveitamento fiscal e a amortização contábil está sendo considerada como uma diferença temporária para fins de IRPJ e CSLL diferidos, cujos efeitos estão sendo registrados no passivo não circulante.

Controladora

- (**) Em 31 de julho de 2007, foi publicada a decisão da Ação Ordinária nº 94.0034458-9, transitada em julgado em 6 de julho de 2007, autorizando a Companhia a compensar o prejuízo fiscal do período-base 1989, referente às despesas de correção monetária do balanço correspondente ao expurgo inflacionário nos meses de janeiro e fevereiro de 1989 (Plano Verão), bem como o crédito financeiro correspondente ao montante pago a maior em 1989 e 1990, os quais foram devidamente homologados pela Secretaria da Receita Federal - RFB no terceiro trimestre de 2013, pelo montante total de R\$7.976, restando a compensar o saldo de R\$7.168 em 31 de dezembro de 2013.

Consolidado

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Iochpe Maxion S.A. (**)	7.168	-
Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de CV. (a)	28.046	-
Maxion Wheels - Brasil (b)	<u>44.161</u>	<u>46.605</u>
Subtotal	<u>79.375</u>	<u>46.605</u>

- (a) No México, vigoraram até o ano 2013 dois impostos federais, o “Impuesto sobre la Renta - ISR”, tendo como alíquota 30%, e o “Impuesto Empresarial a Tasa Única - IETU”, este último tinha como base de cálculo o fluxo de caixa operacional, tendo como alíquota 17%. Como regra, as empresas mexicanas eram obrigadas a calcular os dois impostos e pagar o maior, bem como projetar os resultados e o fluxo de caixa para determinar qual seria o imposto a ser pago nos exercícios seguintes, sendo esse cálculo base para definir o IETU ou o ISR diferidos.

Em 2013 as controladas indiretas mexicanas calcularam e pagaram o IETU e, conseqüentemente, registraram o IETU diferido sobre diferenças temporárias. Entretanto, a promulgação da nova lei fiscal mexicana vigente a partir de 2014, a qual revoga o IETU, permitiu à controlada indireta Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V. registrar um ISR diferido, referente à incorporação ocorrida, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.b), item (ix).

Também, em decorrência da revogação do IETU, as controladas indiretas mexicanas fizeram o estorno do IETU diferido sobre as diferenças temporárias e registraram o ISR diferido nas controladas indiretas Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V. e Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo acumulado dos créditos de ISR diferido era de R\$28.046.

- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.b.ii), em 1º de outubro de 2012, a controlada indireta Hayes Lemmerz Indústria de Rodas Ltda., localizada na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, incorporou a também controlada indireta Borlem S.A. Empreendimentos Industriais, localizada na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, obtendo maior sinergia e, consequentemente, redução de custos operacionais e financeiros com a otimização das estruturas industriais e administrativas. Consequentemente, a Administração reconheceu integralmente os créditos tributários não reconhecidos em exercícios anteriores, no montante de R\$47.341, diante da perspectiva de sua provável realização.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia também possuía créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, gerados por algumas de suas controladas no exterior.

Esses créditos tributários não constituídos são como segue:

<u>País</u>	<u>31/12/2013</u>			<u>31/12/2012</u>
	<u>Valor</u>	<u>Prescrição</u>	<u>Limite por ano</u>	<u>Valor</u>
Espanha (i)	118.024	2021 a 2028	50%	89.691
Itália (i)	94.891	Não há	80%	77.005
África do Sul (i)	48.597	Não há	Não há	40.020
México (i)	-	2019 a 2021	Não há	9.106
Estados Unidos da América (i)	<u>560.101</u>	2014 a 2031	(ii)	<u>528.476</u>
	<u>821.613</u>			<u>744.298</u>

- (i) Referem-se à empresa adquirida através da Hayes Lemmerz em 1º de fevereiro de 2012, sendo uma “holding” pura. Por não ser assegurada a realização dos créditos decorrentes de prejuízos fiscais, a Companhia não reconheceu o crédito tributário diferido de imposto de renda sobre esses valores.

- (ii) Depende do Estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrado no consolidado em 31 de dezembro de 2013, nos seguintes exercícios:

2014	28.359
2015	21.896
2016	8.224
2017 em diante	<u>20.896</u>
Total de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>79.375</u>

A Administração da Companhia e de suas controladas considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias no montante de R\$35.971 (R\$25.534 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e de R\$43.187 (R\$44.787 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado serão realizados na proporção da resolução final dos processos judiciais e dos demais eventos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b) Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada aos resultados dos exercícios é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	168.943	99.130	240.635	135.646
Alíquota combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesas de IRPJ/CSLL à alíquota combinada	(57.441)	(33.704)	(81.816)	(46.120)
Resultado de equivalência patrimonial	24.847	(8.550)	(4.680)	(11.261)
Despesas indedutíveis	(874)	(1.021)	(14.056)	(27.969)
Benefício dos juros sobre o capital próprio	17.234	8.626	17.234	8.626
Benefício dos projetos de inovação tecnológica	4.213	5.386	4.213	5.386
Crédito tributário não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal de controladas	-	-	(19.702)	(3.129)
Crédito homologado por processo judicial transitado em julgado	7.976	-	7.976	-
Crédito tributário não constituído em exercícios anteriores	-	-	49.984	47.341
Outros	<u>5.431</u>	<u>(3.003)</u>	<u>11.512</u>	<u>(2.814)</u>
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>1.386</u>	<u>(32.266)</u>	<u>(29.335)</u>	<u>(29.940)</u>
Correntes	-	(10.069)	(81.347)	(72.318)
Diferidos	1.386	(22.197)	52.012	42.378
Alíquotas efetivas	1%	-33%	-12%	-22%

11. PARTES RELACIONADAS

a) Os montantes referentes à remuneração da Administração estão apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal	10.972	6.660
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	92.282	76.309
Participação nos resultados pactuados (bônus)	20.574	-
Despesas com opções de ações outorgadas aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração	-	563

A remuneração global anual fixada para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária para o exercício de 2013 aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2013 foi de R\$16.000.

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada, no montante de R\$1.225 (R\$1.184 em 2012), em nome dos diretores estatutários e do pessoal-chave da Administração.

Os saldos das opções de compra de ações, bem como os respectivos preços de exercício dos planos de 2012, de 2011 e de 2010 outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 22.

b) Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto operações entre estas, a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Tais operações incluem, entre outros, contratos de serviços compartilhados, contrato de consultoria, contratos de mútuo e concessão de avais em condições detalhadas a seguir:

	31/12/2013							
	Ativo			Passivo		Resultado		
	<u>Contas a receber</u>	<u>Dividendos a receber</u>	<u>Mútuos</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Mútuos</u>	<u>Vendas</u>	<u>Compras</u>	<u>Despesas</u>
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	7.788	-	-	-	-	30.295	-	1.002
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	1.461	-	-	-	-	-	-	-
Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V	1.755	-	-	-	-	15.918	-	-
Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc.	16.275	-	-	-	-	118.406	-	137
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	-	-	48	-	-	-	-	-
Iochpe Holdings, LLC	-	-	-	-	4.331	-	-	-
	<u>27.279</u>	<u>-</u>	<u>48</u>	<u>-</u>	<u>4.331</u>	<u>164.619</u>	<u>-</u>	<u>1.139</u>

	31/12/2012							
	Ativo			Passivo		Resultado		
	Contas a receber	Dividendos a receber	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Vendas	Compras	Despesas
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	-	-	-	-	-	24.806	-	4.196
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	-	-	983	-	-	659	-
Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V	143	-	-	-	-	5.190	-	-
Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc.	23.945	-	6.750	1	-	160.178	97	556
Maxion Montich S.A	-	545	-	-	-	-	-	-
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	-	-	48	-	-	-	-	-
Iochpe Holdings, LLC	-	-	579	-	3.633	-	-	-
	<u>24.088</u>	<u>545</u>	<u>7.377</u>	<u>984</u>	<u>3.633</u>	<u>190.174</u>	<u>756</u>	<u>4.752</u>

Contratos de mútuo

O saldo de R\$4.331 (R\$3.633 em 31 de dezembro de 2012) refere-se ao mútuo da Iochpe Holdings, LLC com a Companhia, denominado em dólares norte-americanos, acrescido de juros de 6% ao ano, com vencimento previsto para 30 de junho de 2014.

Transações de vendas e compras

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou vendas de rodas, chassis e sucata, respectivamente, para as seguintes empresas:

- Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc., no montante de R\$118.406 (R\$160.178 em 31 de dezembro de 2012).
- Maxion Fumagalli de México S. de R.L. de C.V., no montante de R\$15.918 (R\$5.190 em 31 de dezembro de 2012).
- AmstedMaxion, no montante de R\$30.295 (R\$24.806 em 31 de dezembro de 2012).

A seguir, um resumo dos principais contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas:

Serviços compartilhados (“shared services agreement”)

Em 29 de fevereiro de 2000, a AmstedMaxion e a Companhia, visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento de infraestrutura e das instalações localizadas na unidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, uma vez que suas unidades estão localizadas no mesmo complexo industrial. Cada uma das partes deverá arcar com o custo relativo à manutenção e à administração das instalações localizadas em sua propriedade. O contrato tem vigência de 25 anos. As despesas de infraestrutura e instalações, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram de R\$1.002 (R\$4.196 em 2012).

Contratos com membros do Conselho de Administração

A Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc. possui contrato com a BMA Automotive LLC (“BMA”), empresa controlada por Salomão Ioschpe, membro do Conselho de Administração e acionista da Companhia. Através desse contrato, a BMA presta consultoria às divisões de rodas e chassis, no atendimento a determinados clientes nos Estados Unidos da América e no Canadá. As despesas relativas a esse contrato, registradas na rubrica “Despesas com vendas”, somaram R\$137 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$556 em 2012).

Avais e garantias concedidas

A Companhia mantém os seguintes valores prestados como avais em operações mantidas por suas controladas e negócios em conjunto, referentes substancialmente aos empréstimos e financiamentos divulgados na nota explicativa nº 15:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V.	469.653	408.700
Maxion Wheels	394.113	303.868
AmstedMaxion	76.274	242.262
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	62.130	58.611
Montich	3.442	-
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	38	13.800
Ioschpe Holdings, LLC	-	1.352.813

12. INVESTIMENTOS

a) Composição

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Participação em controladas	1.825.313	197.572	-	-
Participação em negócios em conjunto	<u>19.072</u>	<u>35.491</u>	<u>19.072</u>	<u>35.491</u>
Subtotal - investimentos	<u>1.844.385</u>	<u>233.063</u>	<u>19.072</u>	<u>35.491</u>
Ágio na aquisição de participação	20.292	20.292	-	-
Outros investimentos	<u>266</u>	<u>104</u>	<u>325</u>	<u>104</u>
	<u>1.864.943</u>	<u>253.459</u>	<u>19.397</u>	<u>35.595</u>

b) Movimentação

	31/12/2013					
	Saldo em 31/12/2012	Aumentos de capital	Variação cambial sobre investimentos no exterior	Efeitos de mudança de premissas atuárias	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2013
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. (i)	16.370	-	-	-	(14.703)	1.667
Iochpe Maxion Austria GmbH (ii)	175.953	1.315.057	233.046	(14.827)	105.726	1.814.955
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (iv)	21.489	4.615	2.097	-	(18.463)	9.738
Cooperatie Maxion Europe U.A. (iii)	-	854	56	-	(419)	491
Maxion Montich S.A.	19.052	-	(2.655)	-	800	17.197
Remon Resende Montadora Ltda.	69	-	-	-	138	207
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	-	-	-	-	130
	<u>233.063</u>	<u>1.320.526</u>	<u>232.544</u>	<u>(14.827)</u>	<u>73.079</u>	<u>1.844.385</u>

	31/12/2012							
	Saldo em 01/01/2012	Transferência /baixa	Aumentos de capital	Variação cambial sobre investimentos no exterior	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio destinados	Passivos a descoberto em controladas	Saldo em 31/12/2012
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	47.064	-	-	-	(30.694)	-	-	16.370
Iochpe Maxion Austria GmbH	-	227.892	292	(35.412)	(16.819)	-	-	175.953
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	10.178	-	26.295	1.947	(16.931)	-	-	21.489
Iochpe Sistemas Automotivos de México, De C.V S.A	153.208	(229.275)	-	36.350	39.717	-	-	-
Maxion Hong Kong Limited.	2	(2)	-	-	-	-	-	-
Cooperatie Maxion Europe U.A.	(47)	-	-	105	(153)	-	95	-
Maxion Montich S.A. Remon Resende	24.437	-	-	(1.438)	(2.321)	(1.626)	-	19.052
Montadora Ltda.	176	-	-	-	(107)	-	-	69
Iochpe Holdings, LLC	23.519	1.383	8.653	(35.717)	2.162	-	-	-
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	-	-	-	-	-	-	130
	258.667	(2)	35.240	(34.165)	(25.146)	(1.626)	95	233.063

- (i) Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido do negócio em conjunto está ajustado por lucro não realizado no montante de R\$1.985, decorrente da venda de uma parte do terreno da unidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, para a Companhia, correspondente à participação de 50%.
- (ii) Em 1º de dezembro de 2012, foi constituída a controlada Iochpe Maxion Áustria GmbH com a capitalização de R\$292, equivalente a €100 mil. Em dezembro de 2012, os investimentos da Companhia mantidos na Iochpe Sistemas Automotivos de México de C.V. e Iochpe Holdings, LLC foram conferidos a essa controlada na Áustria. Em 28 de março de 2013, foi efetuado aumento de capital no montante de R\$1.299.081, equivalente a US\$645.500 mil, suportados pelos recursos captados através da emissão de debêntures simples da 5ª emissão, conforme descrito na nota explicativa nº 15. Em 7 de maio, 16 de setembro, 2 e 4 de outubro de 2013 foram efetuados outros aumentos de capital nos montantes de R\$789, R\$1.817, R\$7.370 e R\$6.000, respectivamente, equivalentes a €300 mil, €600 mil, US\$3.329 mil e €2.000 mil, respectivamente.
- (iii) Em 13 de junho de 2013 foi efetuado aumento de capital na controlada Cooperative Maxion Europe U.A. no montante de R\$854, equivalente a US\$300 mil.
- (iv) Em 27 de novembro de 2013 foi efetuado aumento de capital na controlada Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. no montante de R\$4.615, equivalente a US\$2.000 mil.

c) Informações das empresas controladas e negócios em conjunto

31/12/2013								
	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.	6.020.031	50	630.807	623.505	43.702	7.302	586.316	(29.407)
Iochpe Maxion Austria GmbH (i)	-	100	4.408.762	2.369.728	1.930.042	2.039.034	4.283.774	105.726
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	87.289	77.551	121.358	9.738	29.552	(18.558)
Cooperatie Maxion Europe U.A.	50	100	1.011	521	1.129	490	(183)	(419)
Maxion Montich S.A.	2.813	50	91.862	57.467	2.022	34.395	155.154	1.616
Remon Resende Montadora Ltda. (ii)	30	33	1.161	539	90	622	3.012	414
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	100	178	48	3.871	130	-	-
31/12/2012								
	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.	6.020.031	50,00	636.189	599.480	43.702	36.709	755.516	(61.386)
Iochpe Maxion Austria GmbH (i)		100,00	3.863.220	3.509.397	242.669	175.953	256.644	(16.819)
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100,00	89.866	68.377	98.828	21.489	41.151	(16.931)
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. De C.V.	781.215	100,00	-	-	-	-	653.015	39.716
Cooperatie Maxion Europe U.A.	50	99,99	6.811	6.906	135	(95)	20.084	(153)
Maxion Montich S.A.	2.813	50,00	101.623	63.519	2.340	38.104	101.138	(4.642)
Remon Resende Montadora Ltda. (ii)	30	33,33	824	617	90	207	2.286	(321)
Iochpe Holdings, LLC	5	100,00	-	-	-	-	2.884.069	2.162
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	99,99	178	48	3.871	130	-	-

(i) De acordo com as respectivas legislações locais, não existe a figura de quantidade de ações ou cotas.

(ii) Foram utilizadas as informações financeiras na data-base 30 de novembro de 2013.

d) Detalhes sobre controladas relevantes que possuem participação de minoritários

As informações sobre controladas relevantes da Companhia no encerramento do exercício são como segue:

Nome da controlada	Principal atividade	País	Participação e capital votante	
			31/12/2013	31/12/2012
Hayes Lemmerz Inci Janta Sanayi A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	60%	60%
Hayes Lemmerz Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	60%	60%
Siam Lemmerz Co.,Ltd	Fabricação e comercialização de rodas	Tailândia	70%	70%
Kalvani Hayes Lemmerz Limited	Fabricação e comercialização de rodas	Índia	85%	85%

As informações financeiras resumidas relativas a cada uma das controladas nas quais a Companhia possui participações estão apresentadas a seguir, antes das eliminações de transações entre as demais controladas da Companhia.

	Hayes Lemmerz Inci Janta Sanayi A.S.		Hayes Lemmerz Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Siam Lemmerz Co., Ltd		Kalyani Hayes Lemmerz Limited	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Balancos patrimoniais								
Ativo circulante	160.840	104.435	134.205	84.403	46.856	52.245	50.388	48.925
Ativo não circulante	<u>341.120</u>	<u>170.911</u>	<u>95.644</u>	<u>54.865</u>	<u>76.455</u>	<u>45.541</u>	<u>128.833</u>	<u>64.927</u>
Total do ativo	<u>501.960</u>	<u>275.346</u>	<u>229.849</u>	<u>139.268</u>	<u>123.311</u>	<u>97.786</u>	<u>179.221</u>	<u>113.852</u>
Passivo circulante	70.454	54.454	60.829	43.397	75.714	53.157	45.103	47.533
Passivo não circulante	221.747	17.098	76.055	6.829	17.776	1.709	73.752	16.477
Patrimônio líquido	<u>209.759</u>	<u>203.794</u>	<u>92.965</u>	<u>89.042</u>	<u>29.821</u>	<u>42.920</u>	<u>60.366</u>	<u>49.842</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>501.960</u>	<u>275.346</u>	<u>229.849</u>	<u>139.268</u>	<u>123.311</u>	<u>97.786</u>	<u>179.221</u>	<u>113.852</u>
	Hayes Lemmerz Inci Janta Sanayi A.S.		Hayes Lemmerz Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Siam Lemmerz Co., Ltd		Kalyani Hayes Lemmerz Limited	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Demonstrações de resultados								
Receita líquida de vendas	538.586	356.308	254.175	234.926	176.235	160.481	146.200	154.012
Custo dos produtos vendidos	<u>(422.438)</u>	<u>(269.589)</u>	<u>(189.271)</u>	<u>(182.875)</u>	<u>(172.172)</u>	<u>(140.962)</u>	<u>(133.525)</u>	<u>(134.863)</u>
Lucro bruto	116.148	86.719	69.904	52.051	4.063	19.519	12.675	19.149
Despesas operacionais, líquidas	(19.392)	(23.463)	(14.810)	(13.640)	(7.217)	(14.459)	(6.707)	(12.190)
Impostos sobre o lucro	<u>(18.923)</u>	<u>6.320</u>	<u>(13.115)</u>	<u>(4.719)</u>	<u>(1.539)</u>	<u>(916)</u>	<u>(2.408)</u>	<u>(1.570)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>77.833</u>	<u>69.576</u>	<u>36.979</u>	<u>33.692</u>	<u>(4.693)</u>	<u>4.144</u>	<u>3.560</u>	<u>5.389</u>

e) Ágio na aquisição de investimento

Na controladora, o saldo de R\$20.292 refere-se ao ágio gerado na aquisição da Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda., incorporada à Companhia em 2 de novembro de 2009.

13. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora		
		31/12/2013		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Edificações e benfeitorias	5,56	207.076	(69.507)	137.569
Máquinas e equipamentos	7,84	835.581	(386.553)	449.028
Moldes	18	52.969	(31.820)	21.149
Móveis e utensílios	7,5	16.071	(8.268)	7.803
Veículos	18,89	3.195	(1.365)	1.830
Equipamentos de computação	35	18.371	(13.337)	5.034
Outras imobilizações	26,25	7.363	(4.203)	3.160
Ferramentais	8,33	100.885	(50.666)	50.219
Terrenos	-	24.251	-	24.251
Obras em andamento (i)	-	47.570	-	47.570
Peças de reposição de máquinas	-	68.679	-	68.679
Adiantamentos a fornecedores	-	<u>9.413</u>	<u>-</u>	<u>9.413</u>
		<u>1.391.424</u>	<u>(565.719)</u>	<u>825.705</u>

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora		
		31/12/2012		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Edificações e benfeitorias	5,56	206.049	(62.421)	143.628
Máquinas e equipamentos	7,84	813.520	(361.676)	451.844
Moldes	18	51.449	(28.046)	23.403
Móveis e utensílios	7,5	15.133	(7.526)	7.607
Veículos	18,89	2.772	(1.294)	1.478
Equipamentos de computação	35	17.436	(12.289)	5.147
Outras imobilizações	26,25	7.253	(4.329)	2.924
Ferramentais	8,33	101.470	(45.959)	55.511
Terrenos	-	24.251	-	24.251
Obras em andamento (i)	-	24.634	-	24.634
Peças de reposição de máquinas	-	58.960	-	58.960
Adiantamentos a fornecedores	-	<u>8.562</u>	<u>-</u>	<u>8.562</u>
		<u>1.331.489</u>	<u>(523.540)</u>	<u>807.949</u>

Movimentação do custo - controladora

	31/12/2012	31/12/2013			
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Custo</u>
Edificações e benfeitorias	206.049	49	-	978	207.076
Máquinas e equipamentos	813.520	4.686	(5.116)	22.491	835.581
Moldes	51.449	5	-	1.515	52.969
Móveis e utensílios	15.133	120	(30)	848	16.071
Veículos	2.772	390	(680)	713	3.195
Equipamentos de computação	17.436	93	(453)	1.295	18.371
Outras imobilizações	7.253	-	-	110	7.363
Ferramentais	101.470	1.021	(601)	(1.005)	100.885
Terrenos	24.251	-	-	-	24.251
Obras em andamento (i)	24.634	48.502	-	(25.566)	47.570
Peças de reposição de máquinas	58.960	27.877	(18.158)	-	68.679
Adiantamentos a fornecedores	<u>8.562</u>	<u>7.106</u>	<u>(4.876)</u>	<u>(1.379)</u>	<u>9.413</u>
	<u>1.331.489</u>	<u>89.849</u>	<u>(29.914)</u>	<u>-</u>	<u>1.391.424</u>

	01/01/2012	31/12/2012			
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Custo</u>
Edificações e benfeitorias	189.887	-	(18)	16.180	206.049
Máquinas e equipamentos	744.636	4.022	(5.950)	70.812	813.520
Moldes	48.482	293	(3)	2.677	51.449
Móveis e utensílios	13.973	55	(43)	1.148	15.133
Veículos	2.600	131	(316)	357	2.772
Equipamentos de computação	15.447	95	(382)	2.276	17.436
Outras imobilizações	5.953	1.248	(5)	57	7.253
Ferramentais	102.470	1.120	(6.523)	4.403	101.470
Terrenos	24.176	-	-	75	24.251
Obras em andamento (i)	72.384	34.843	-	(82.593)	24.634
Peças de reposição de máquinas	51.674	7.286	-	-	58.960
Adiantamento a fornecedores	<u>9.571</u>	<u>16.836</u>	<u>(2.453)</u>	<u>(15.392)</u>	<u>8.562</u>
	<u>1.281.253</u>	<u>65.929</u>	<u>(15.693)</u>	<u>-</u>	<u>1.331.489</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2013, é composto por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$20.360 (R\$6.591 em 31 de dezembro de 2012); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$16.404 (R\$13.474 em 31 de dezembro de 2012); e (3) outros ativos, no montante de R\$10.806 (R\$4.569 em 31 de dezembro de 2012), referentes, respectivamente, às expansões das unidades de Contagem, Cruzeiro e Limeira.

Movimentação da depreciação - controladora

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>		
	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação acumulada</u>
Edificações e benfeitorias	(62.421)	(7.086)	-	(69.507)
Máquinas e equipamentos	(361.676)	(28.112)	3.235	(386.553)
Moldes	(28.046)	(3.783)	9	(31.820)
Móveis e utensílios	(7.526)	(765)	23	(8.268)
Veículos	(1.294)	(599)	528	(1.365)
Equipamentos de computação	(12.289)	(1.546)	498	(13.337)
Outras imobilizações	(4.329)	(425)	551	(4.203)
Ferramentais	<u>(45.959)</u>	<u>(4.896)</u>	<u>189</u>	<u>(50.666)</u>
	<u>(523.540)</u>	<u>(47.212)</u>	<u>5.033</u>	<u>(565.719)</u>

	<u>01/01/2012</u>	<u>31/12/2012</u>		
	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação acumulada</u>
Edificações e benfeitorias	(56.902)	(5.521)	2	(62.421)
Máquinas e equipamentos	(335.843)	(29.872)	4.039	(361.676)
Moldes	(27.271)	(778)	3	(28.046)
Móveis e utensílios	(7.004)	(556)	34	(7.526)
Veículos	(1.100)	(417)	223	(1.294)
Equipamentos de computação	(10.893)	(1.779)	383	(12.289)
Outras imobilizações	(3.777)	(552)	-	(4.329)
Ferramentais	<u>(44.162)</u>	<u>(4.678)</u>	<u>2.881</u>	<u>(45.959)</u>
	<u>(486.952)</u>	<u>(44.153)</u>	<u>7.565</u>	<u>(523.540)</u>

b) Consolidado

		<u>Consolidado</u>		
		<u>31/12/2013</u>		
	<u>Taxa média anual de depreciação %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Edificações e benfeitorias	5,56	647.943	(147.251)	500.692
Máquinas e equipamentos	7,84	2.415.483	(792.032)	1.623.451
Moldes	18	62.572	(31.820)	30.752
Móveis e utensílios	7,5	18.933	(10.117)	8.816
Veículos	18,89	4.452	(1.972)	2.480
Equipamentos de computação	35	34.449	(20.262)	14.187
Outras imobilizações	26,25	7.363	(4.203)	3.160
Ferramentais	8,33	154.076	(67.956)	86.120
Terrenos	-	174.593	-	174.593
Obras em andamento (i)	-	92.423	-	92.423
Pecas de reposição de máquinas	-	70.810	-	70.810
Adiantamentos a fornecedores	-	<u>9.413</u>	<u>-</u>	<u>9.413</u>
		<u>3.692.510</u>	<u>(1.075.613)</u>	<u>2.616.897</u>

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado		
		31/12/2012		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações e benfeitorias	2,7	571.841	(115.460)	456.381
Máquinas e equipamentos	6,5	2.051.388	(600.886)	1.450.502
Moldes	2,5	55.994	(31.692)	24.302
Móveis e utensílios	4,1	17.599	(9.212)	8.387
Veículos	12,6	3.686	(1.599)	2.087
Equipamentos de computação	10,9	25.409	(15.280)	10.129
Outras imobilizações	2,2	25.713	(4.468)	21.245
Ferramentais	6,2	140.792	(54.155)	86.637
Terrenos	-	152.331	-	152.331
Obras em andamento (i)	-	133.736	-	133.736
Peças de reposição de máquinas	-	58.960	-	58.960
Adiantamentos a fornecedores	-	<u>8.562</u>	<u>-</u>	<u>8.562</u>
		<u>3.246.011</u>	<u>(832.753)</u>	<u>2.413.258</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2013, é composto por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$27.213 (R\$4.291 em 31 de dezembro de 2012); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$50.741 (R\$123.604 em 31 de dezembro de 2012); e (3) outros ativos, no montante de R\$14.469 (R\$5.841 em 31 de dezembro de 2012), referentes, respectivamente, às expansões das unidades do México (por meio da controlada indireta Maxion Wheels), de Contagem, Cruzeiro e Limeira.

Movimentação do custo - consolidado

	31/12/2012	31/12/2013				
	Custo	Variação cambial	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	571.841	53.679	9.388	(19.421)	32.456	647.943
Máquinas e equipamentos	2.051.388	159.159	103.987	(7.898)	108.847	2.415.483
Moldes	55.994	1.210	5	-	5.363	62.572
Móveis e utensílios	17.599	516	155	(316)	979	18.933
Veículos	3.686	111	781	(975)	849	4.452
Equipamentos de computação	25.409	1.840	6.293	(552)	1.459	34.449
Outras imobilizações	25.713	2.703	-	-	(21.053)	7.363
Ferramentais	140.792	5.986	9.158	(2.260)	400	154.076
Terrenos	152.331	16.815	377	(3.982)	9.052	174.593
Obras em andamento	133.736	11.493	84.197	(30)	(136.973)	92.423
Peças de reposição de máquinas	58.960	-	30.424	(18.574)	-	70.810
Adiantamentos a fornecedores	<u>8.562</u>	<u>-</u>	<u>7.106</u>	<u>(4.876)</u>	<u>(1.379)</u>	<u>9.413</u>
	<u>3.246.011</u>	<u>253.512</u>	<u>251.871</u>	<u>(58.884)</u>	<u>-</u>	<u>3.692.510</u>

	01/01/2012	31/12/2012				
	<u>Custo</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Custo</u>
Edificações e benfeitorias	228.644	63.808	243.014	(57)	36.432	571.841
Máquinas e equipamentos	868.488	135.609	837.714	(5.950)	215.527	2.051.388
Moldes	52.405	350	294	(150)	3.095	55.994
Móveis e utensílios	14.940	(257)	2.200	(386)	1.102	17.599
Veículos	2.796	108	741	(316)	357	3.686
Equipamentos de computação	16.437	604	5.344	(382)	3.406	25.409
Outras imobilizações	5.953	438	4.205	(53)	15.170	25.713
Ferramentais	110.598	3.495	26.159	(5.590)	6.130	140.792
Terrenos	24.755	12.828	114.673	-	75	152.331
Obras em andamento	92.554	21.693	288.297	(2.906)	(265.902)	133.736
Peças de reposição de máquinas	51.674	-	7.286	-	-	58.960
Adiantamentos a fornecedores	9.571	-	16.836	(2.453)	(15.392)	8.562
	<u>1.478.815</u>	<u>238.676</u>	<u>1.546.763</u>	<u>(18.243)</u>	<u>-</u>	<u>3.246.011</u>

Movimentação da depreciação - consolidado

	31/12/2012	31/12/2013			
	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação acumulada</u>
Edificações e benfeitorias	(115.460)	(10.031)	(21.828)	68	(147.251)
Máquinas e equipamentos	(600.886)	(43.813)	(161.508)	14.175	(792.032)
Moldes	(31.692)	(533)	(1.430)	1.835	(31.820)
Móveis e utensílios	(9.213)	(387)	(812)	295	(10.117)
Veículos	(1.598)	(174)	(772)	572	(1.972)
Equipamentos de computação	(15.280)	(827)	(4.738)	583	(20.262)
Outras imobilizações	(4.469)	(2)	(425)	693	(4.203)
Ferramentais	<u>(54.155)</u>	<u>(1.837)</u>	<u>(12.153)</u>	<u>189</u>	<u>(67.956)</u>
	<u>(832.753)</u>	<u>(57.604)</u>	<u>(203.666)</u>	<u>18.410</u>	<u>(1.075.613)</u>

	01/01/2012	31/12/2012			
	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação acumulada</u>
Edificações e benfeitorias	(63.215)	(8.544)	(27.446)	16.257	(82.948)
Máquinas e equipamentos	(362.208)	(24.360)	(86.479)	133.948	(339.099)
Moldes	(30.577)	(137)	-	981	(29.733)
Móveis e utensílios	(7.456)	(427)	(1.579)	635	(8.827)
Veículos	(1.240)	(178)	(383)	374	(1.427)
Equipamentos de computação	(11.785)	(539)	(1.869)	2.548	(11.645)
Outras imobilizações	(3.777)	-	-	692	(3.085)
Ferramentais	<u>(46.395)</u>	<u>(740)</u>	<u>(1.304)</u>	<u>8.597</u>	<u>(39.842)</u>
	<u>(526.653)</u>	<u>(34.925)</u>	<u>(119.060)</u>	<u>164.032</u>	<u>(516.606)</u>

Durante o exercício de 2013, a Companhia e suas controladas não identificaram a existência de fatores internos e externos e outros indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma provisão para “impairment” foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os valores dos bens do ativo imobilizado dados em garantia em operações de empréstimos e financiamentos estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

14. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

Movimentação - 2013:

	Taxa média anual de amortização	Métodos de amortização	Custo/Amortização					Saldo em 31/12/13
			Saldo em 31/12/12	Adições (baixas)	Variação cambial	Amortização	Ajustes - PPA (ix)	
Ativos com vida útil definida								
Custo:								
Software	20%	Linear	5.941	488	878	-	-	7.307
Direito de uso do terreno (i)	2%	Linear	5.232	(778)	742	-	-	5.196
“Versastyle technology” (ii)	20%	Linear	6.328	-	1.031	-	-	7.359
Desenvolvimento	Diversos	Linear	5.710	1.513	1.188	-	-	8.411
Relacionamento com clientes (iv)	7%	Linear	<u>79.176</u>	<u>-</u>	<u>11.248</u>	<u>-</u>	<u>2.343</u>	<u>92.767</u>
			102.387	1.223	15.087	-	2.343	121.040
Amortização acumulada			(14.478)	-	(935)	(8.673)	-	(24.086)
Ativos sem vida útil definida								
Marcas (iii)			50.066	-	7.328	-	-	57.394
Ágio na aquisição de controladas:								
Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda. (v)			20.292	-	-	-	-	20.292
Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A de C.V (vi)			1.211	-	177	-	-	1.388
Hayes Lemmers International, Inc (vii)			527.490	-	77.548	-	2.417	607.455
Grupo Galaz e subsidiárias (viii)			<u>211.726</u>	<u>-</u>	<u>30.796</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>242.522</u>
			<u>810.785</u>	<u>-</u>	<u>115.849</u>	<u>-</u>	<u>2.417</u>	<u>929.051</u>
			<u>898.694</u>	<u>1.223</u>	<u>130.001</u>	<u>(8.673)</u>	<u>4.760</u>	<u>1.026.005</u>

Movimentação - 2012:

	Taxa média anual de amortização	Métodos de amortização	Custo/Amortização					Saldo em 31/12/12
			Saldo em 01/01/12	Aquisições	Adições (baixas)	Variação cambial	Amortização	
Ativos com vida útil definida								
Custo:								
Software	20%	Linear	4.695	-	1.246	-	-	5.941
Direito de uso do terreno (i)	2%	Linear	4.920	-	-	312	-	5.232
“Versastyle technology” (ii)	20%	Linear	-	4.983	-	1.345	-	6.328
Desenvolvimento	Diversos	Linear	-	5.400	141	169	-	5.710
Relacionamento com clientes (iv)	7%	Linear	<u>-</u>	<u>64.118</u>	<u>-</u>	<u>9.540</u>	<u>-</u>	<u>79.176</u>
			9.615	74.501	1.387	11.366	-	102.387

	Taxa média anual de amortização	Métodos de amortização	Custo/Amortização						
			Saldo em 01/01/12	Aquisições	Adições (baixas)	Variação cambial	Amortização	Ajustes - PPA (ix)	Saldo em 31/12/12
Amortização acumulada			(3.581)	-	-	1.977	(12.874)	-	(14.478)
Ativos sem vida útil definida-									
Marcas (iii)			-	42.571	-	7.495	-	-	50.066
Ágio na aquisição de controladas:									
Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda. (v)			20.292	-	-	-	-	-	20.292
Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A de C.V (vi)			1.112	-	-	99	-	-	1.211
Hayes Lemmerz International, Inc (vii)			-	462.919	-	81.596	-	(17.025)	527.490
Grupo Galaz e subsidiárias (viii)			-	166.947	-	15.174	-	29.605	211.726
			<u>21.404</u>	<u>672.437</u>	<u>-</u>	<u>104.364</u>	<u>-</u>	<u>12.580</u>	<u>810.785</u>
			<u>27.438</u>	<u>746.938</u>	<u>1.387</u>	<u>117.707</u>	<u>(12.874)</u>	<u>18.098</u>	<u>898.694</u>

- (i) Refere-se ao direito de uso do terreno onde se localiza a controlada Maxion Wheels Co., Ltd. (Nantong China). A amortização é calculada linearmente pelo prazo de 50 anos, conforme previsto no contrato de concessão com a prefeitura local.
- (ii) A marca “Versastyle technology” foi um ativo identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o qual possui vida útil remanescente de 4,4 anos e será amortizado completamente até 31 de janeiro de 2017.
- (iii) A marca Hayes Lemmerz foi um ativo identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o qual possui prazo de vida útil indefinida. Em 31 de dezembro de 2013, devido à ausência de indicativos de que a controlada não gerará os benefícios futuros esperados, conforme projeções efetuadas pela Administração, nenhuma provisão para desvalorização por “impairment” foi constituída.
- (iv) O relacionamento com clientes foi identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, e possui prazo de vida útil remanescente de 13,4 anos a ser amortizado completamente até 31 de janeiro de 2026. Em 31 de dezembro de 2013, com base em testes de “impairment” suportados por projeções efetuadas pela Administração, nenhuma provisão para desvalorização foi constituída.
- (v) Ágio na aquisição da Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda., incorporada pela Companhia em 2 de novembro de 2009.
- (vi) Ágio na aquisição da Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A. de C.V. (anteriormente denominada Delancre S.A. de C.V.).
- (vii) Ágio na aquisição da Hayes Lemmerz International, Inc. e suas controladas (atualmente Maxion Wheels), conforme mencionado na nota explicativa nº 2.
- (viii) Ágio na aquisição do Grupo Galaz (atualmente Inmagusa), conforme mencionado na nota explicativa nº 2.
- (ix) Decorre dos ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” de até um ano, decorrente do processo de alocação do preço de compra das controladas Maxion Wheels e Grupo Galaz, conforme disposições do pronunciamento técnico CPC 15/IFRS 3.

Todos os ágios estão baseados em rentabilidade futura e não são amortizados.

a) Teste de redução ao valor recuperável dos ágios

A Companhia avalia a recuperação do valor dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, correspondendo às UGCs, ao segmento automotivo e à unidade de negócio ao qual o ágio foi alocado. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração.

Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente e descontados através da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital (“Weighted Average Cost of Capital - WACC”). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, da dívida e do capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas operações. O custo do capital próprio da Companhia foi calculado pelo método “Capital Asset Pricing Model - CAPM”.

Os ágios são monitorados para os propósitos da Administração, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, foi efetuado teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2014 e o planejamento de longo prazo até 2018, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Os volumes de vendas foram baseados em fontes externas, tais como “Information Handung Services - IHS” e “J.D. Power and Associates - JDP”.
- Taxa nominal média de desconto aplicada ao conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” como fluxo de entrada de recursos e os investimentos no ativo imobilizado, no capital de giro e no pagamento de dividendos aos minoritários como fluxos de saída de recursos.
- Taxa de perpetuidade explicada pela premissa de que o volume vendido acompanhará o crescimento econômico global a partir de 2018.
- Na data-base 31 de dezembro de 2013 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2013 para as UGCs são conforme segue:

UGC - Maxion Wheels - Estados Unidos

Ativos operacionais + ágio + intangíveis	1.593.000
Fluxo de caixa descontado	1.746.000
Perpetuidade (i)	3%
Taxa de desconto - WACC (ii)	11,9%

UGC - Maxion Structural Components - México

Ativos operacionais + ágio	260.200
Fluxo de caixa descontado	314.800
Perpetuidade (i)	0,6%
Taxa de desconto - WACC (ii)	10,19%

UGC - Maxion Wheels - Limeira

Ativos operacionais + ágio	210.400
Fluxo de caixa descontado	401.300
Perpetuidade (i)	2%
Taxa de desconto - WACC (ii)	10%

- (i) Taxa de crescimento do fluxo de caixa na perpetuidade.

(ii) Taxa de desconto calculada antes dos impostos.

A Administração estimou o fluxo de caixa com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem os riscos específicos em relação ao segmento operacional em que cada UGC está inserida.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Controladora

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa anual de juros - %</u>	<u>Última data de vencimento</u>	<u>Custo da transação amortizado</u>	<u>Saldo do custo da transação a amortizar</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Moeda nacional</u>							
BNDES EXIM	-	6,93	Dezembro de 2016	-	-	337.488	386.927
BNDES - FINAME e automático (iv)	TJLP	4,82	Março de 2020	-	-	6.062	7.202
BNDES - automático	Cesta de moedas	4,40	Dezembro de 2019	-	-	1.382	1.566
FINAME - PSI (iv)	-	5,51	Junho de 2023	-	-	26.276	26.118
FINDES PRO-INVEST	IPCA	3,94	Dezembro de 2019	-	-	31.986	32.378
FINEP	-	5,00	Março de 2018	-	-	3.165	3.909
Subtotal moeda nacional						<u>406.359</u>	<u>458.100</u>
<u>Moeda estrangeira</u>							
Importação US\$1.950 mil (31/12/2012 - US\$2.103 mil)	-	2,70	Dezembro de 2015	-	-	4.568	4.298
ACC US\$0 mil (31/12/2012 - US\$7.117 mil)	-	2,65	Maio de 2013	-	-	-	14.544
Empréstimo externo - US\$25.005 mil (31/12/2012 - US\$25.009 mil)	-	2,79	Dezembro de 2014	-	-	58.577	51.105
Pré-pagamento exportação US\$0 mil (31/12/2012 - US\$1.303 mil)	102% do CDI		Maio de 2013	-	-	-	2.663
Subtotal moeda estrangeira						<u>63.145</u>	<u>72.610</u>
Total de empréstimos e financiamentos						469.504	530.710
Debêntures - ICVM nº 400 (i) (c)	99% do CDI		Abril de 2018	1.134	5.610	322.286	-
Debêntures - ICVM nº 476 (i) (d)	CDI + 3,25%		Março de 2022	3.210	15.665	937.007	-
Total de debêntures						<u>1.259.293</u>	<u>-</u>
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures						<u>1.728.797</u>	<u>530.710</u>
Passivo circulante						118.660	239.462
Custos a amortizar						-	(750)
Total						<u>118.660</u>	<u>238.712</u>
Passivo não circulante						1.631.411	291.998
Custos a amortizar (i)						(21.274)	-
Total						<u>1.610.137</u>	<u>291.998</u>

b) Consolidado

	Indexador	Taxa anual de juros - %	Última data de vencimento	Custo da transação amortizado	Saldo do custo da transação a amortizar	31/12/2013	31/12/2012
Moeda nacional							
BNDEx - EXIM	-	7,00	Dezembro de 2016	-	-	358.853	407.309
BNDEx - FINAME e automático (iv)	TJLP	4,82	Março de 2020	-	-	6.062	7.204
BNDEx - automático	Cesta de Moedas	4,40	Dezembro de 2019	-	-	1.382	1.566
FINAME - PSI (iv)	-	5,51	Junho de 2023	-	-	26.276	26.118
FINDEX PRO-INVEST	IPCA	3,94	Dezembro de 2019	-	-	31.986	32.378
FINEP	-	5,00	Março de 2018	-	-	3.165	3.909
Subtotal moeda nacional						<u>427.724</u>	<u>478.484</u>
Moeda estrangeira							
ACC US\$0 mil (31/12/2012 - US\$7.117 mil)	-	2,65	Maio de 2013	-	-	-	14.544
Empréstimo PONTE US\$0 mil (31/12/2012 - US\$662.008 mil) (ii)	-	6,12	Março de 2013	-	-	-	1.352.813
Empréstimo longo prazo US\$200.484 mil (31/12/2012 - US\$200.000 mil) (iii)	-	5,34	Dezembro de 2019	-	-	469.653	408.700
Importação US\$1.950 mil (31/12/2012 - US\$15.221 mil)	-	2,70	Dezembro de 2015	-	-	4.568	4.298
Empréstimo externo - US\$25.005 mil (31/12/2012 - US\$14.201 mil)	-	2,79	Dezembro de 2014	-	-	58.577	51.105
Pré-pagamento exportação US\$0 mil (31/12/2012 - US\$1.303 mil)	102 % CDI		Maio de 2013	-	-	-	2.663
Capital de giro US\$90.936 mil (31/12/2012 - US\$91.126 mil)	-	4,20	Julho de 2014	-	-	213.027	186.217
Capital de giro - yuan \$160.543 mil (31/12/2012 - yuan \$181.402 mil)	-	5,59	Abril de 2014	-	-	62.130	58.611
Capital de giro - €72.609 mil (31/12/2012 - €64.413 mil)	-	3,51	Julho de 2026	-	-	234.273	168.177
Capital de giro - rupia \$380.851 mil (31/12/2012 - 414.550 mil)	-	12,00	Junho de 2014	-	-	14.419	15.927
Capital de giro - bath \$417.005 mil (31/12/2012 - 0 mil)	-	3,88	Janeiro de 2014	-	-	29.820	-
Subtotal moeda estrangeira						<u>1.086.467</u>	<u>2.263.055</u>
Total empréstimos e financiamentos						<u>1.514.191</u>	<u>2.741.539</u>
Debêntures - ICVM nº 400 (i) (c)	99 % CDI		Abril de 2018	1.134	5.610	322.286	-
Debêntures - ICVM nº 476 (i) (d)	CDI + 3,25%		Março de 2022	3.210	15.665	937.007	-
Total debêntures						<u>1.259.293</u>	<u>-</u>
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures						<u>2.773.484</u>	<u>2.741.539</u>
Passivo circulante						712.303	653.169
Custos a amortizar						-	(750)
Total						<u>712.303</u>	<u>652.419</u>
Passivo não circulante						2.082.456	2.089.119
Custos a amortizar (i)						(21.275)	-
Total						<u>2.061.181</u>	<u>2.089.119</u>

Em 31 de dezembro de 2013 as parcelas registradas no passivo não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	189.396	295.946
2016	302.431	387.617
2017	141.330	226.516
2018	452.085	537.271
2019 em diante	<u>524.895</u>	<u>613.831</u>
Total	<u>1.610.137</u>	<u>2.061.181</u>

- (i) A taxa efetiva do custo da transação representa o custo da operação das debêntures (ICVM nº 400 e ICVM nº 476). A metodologia do cálculo está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 08. A taxa efetiva da emissão das debêntures ICVM nº 400 é de 10,21% ao ano e é composta por 9,67% (99% do CDI) relativa aos juros originais do contrato mais 0,49% relativa aos custos da transação incorridos. A taxa efetiva da emissão das debêntures ICVM nº 476 é de 13,85% ao ano e é composta por 13,34% ao ano (CDI + 3,25% ao ano) relativa aos juros originais do contrato mais 0,45% relativa aos custos da transação incorridos. A Companhia está amortizando os custos dessas transações de acordo com o prazo dos respectivos contratos.
- (ii) Valor nominal de US\$645.000 mil, captado por meio da controlada Iochpe Holdings, LLC com o Banco Itaú BBA, Banco Votorantim e Banco do Brasil nos Estados Unidos da América para a compra da Hayes Lemmerz, tinha como prazo original de vencimento previsto para 28 de janeiro de 2013, o qual foi renegociado e quitado em 28 de março de 2013, por meio das debêntures de emissão privada (ICVM nº 476) no montante de R\$1.240.000, conforme descrito no item c).
- (iii) O valor nominal de US\$200.000 mil refere-se ao “take-out” do empréstimo PONTE captado por meio da controlada indireta Ingenieria Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. com o Banco Itaú BBA dos Estados Unidos da América para a compra do Grupo Galaz, tendo como prazo de vencimento final previsto para 16 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2013 representa o saldo no consolidado de R\$469.653 (R\$408.700 em 31 de dezembro de 2012).
- Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas (“covenants”) de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelece a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Para o encerramento em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estava adimplente com a manutenção do respectivo índice financeiro.
- (iv) Os financiamentos com o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e FINAME - PSI estão garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos, no valor líquido de R\$26.976 na controladora e no consolidado (R\$27.221 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2012).
- (v) Os empréstimos de capital de giro denominados em moeda estrangeira mantidos pelas controladas do exterior são garantidos por avais da Companhia, no valor líquido de R\$434.878 (R\$342.097 em 31 de dezembro de 2012).

c) Debêntures simples da 5ª emissão (ICVM nº 476)

Em 28 de março de 2013 a Companhia concluiu a 5ª emissão de debêntures simples de série única, no valor total de R\$1.240.000, emitidas nos termos da Instrução ICVM nº 476, sob o regime de garantia de colocação firme, com intermediação dos Bancos Itaú BBA S.A. Banco Votorantim S.A. e BB-Banco de Investimento S.A., tendo como público-alvo investidores qualificados.

As debêntures têm vencimento final em 15 de março de 2022 e são remuneradas pela variação anual da taxa DI, mais uma sobretaxa, descrita nos termos a seguir, amortizáveis semestralmente no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2013 e o último em 15 de março de 2022.

A sobretaxa será equivalente a:

- a) 3,25% ao ano, base 252 dias úteis, se o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA for igual ou superior a 3,50 vezes.
- b) 3,00% ao ano, base 252 dias úteis, se o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA for igual ou superior a 3,00 vezes e inferior a 3,50 vezes.
- c) 2,75% ao ano, base 252 dias úteis, se o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA for igual ou superior a 2,50 vezes e inferior a 3,00 vezes.
- d) 2,50% ao ano, base 252 dias úteis, se o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA for igual ou superior a 2,00 vezes e inferior a 2,50 vezes.
- e) 2,25% ao ano, base 252 dias úteis, se o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA for inferior a 2,00 vezes.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de: (i) resgate antecipado; (ii) amortização antecipada; e/ou (iii) vencimento antecipado das obrigações nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal de cada uma das debêntures será amortizado em sete parcelas, na seguinte ordem:

- I. seis parcelas, cada uma no valor correspondente a 14,29% do valor nominal de cada uma das debêntures, devidas em 15 de março de 2016, de 2017, de 2018, de 2019, de 2020 e de 2021.
- II. uma parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das debêntures, devida na data do vencimento final, prevista para 15 de março de 2022.

Em 3 de maio de 2013 a Companhia efetuou o pagamento parcial dessas debêntures no valor de R\$323.081, com recursos provenientes da 6ª emissão de debêntures (ICVM nº 400).

d) Debêntures conversíveis em ações da 6ª emissão (ICVM nº 400)

Em 2 de maio de 2013, a Companhia concluiu a 6ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$320.000, emitidas nos termos da Instrução ICVM nº 400, sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. e Banco Fator S.A. O total dos recursos foi destinado ao pagamento parcial das debêntures simples da 5ª emissão, ICVM nº 476.

As debêntures são conversíveis em ações ordinárias e possuem valor nominal unitário de R\$1, com prazo de vencimento em 1º de abril de 2018, remuneradas a 99% pela variação anual da taxa DI, as quais poderão ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia, a qualquer tempo a exclusivo critério dos debenturistas ao preço unitário fixo de R\$30,303030. Em não ocorrendo a conversão em ações, estas serão amortizadas no vencimento e os juros serão pagos semestralmente no dia 1º dos meses de abril e outubro de cada ano.

Entretanto, a qualquer tempo durante o período de conversão, caso ocorra qualquer emissão de ações pela Companhia, exceto pelo exercício dos planos de opções de ações já existentes, o preço de conversão será o menor entre: (a) o preço de emissão por ação objeto de tal emissão; ou (b) o preço de conversão original. Dessa forma, estes foram separados do contrato principal no início da transação e avaliados pelo valor justo no reconhecimento inicial e, posteriormente, pelo valor justo por meio do resultado.

Os compromissos de conversão das debêntures foram identificados pela Administração da Companhia como sendo componentes contratuais com a característica de, isoladamente, constituírem um derivativo embutido híbrido, sendo a parte da dívida registrada no passivo a custo amortizado e a parte referente às opções de conversão também registrada no passivo, porém, mensurada a valor justo, pelo fato de sua conversão ser realizada por uma quantidade definida de ações.

Dessa forma, a variação do valor justo por meio do resultado terá seu efeito inversamente proporcional no saldo passivo, e o impacto na taxa efetiva de juros no resultado financeiro da Companhia será sempre o mesmo.

O valor justo das opções de conversão das debêntures foi determinado em 31 de dezembro de 2013 utilizando o modelo de apreçamento de opções “Black & Scholes”, tendo como principais premissas:

Preço da ação em 31 de dezembro de 2013	R\$26,15
Preço da opção de conversão	R\$30,303030
Tempo restante para o exercício da opção (dias)	1.071
Taxa de juros	12,3%
Volatilidade (ao ano)	44,21%

O detalhe do cálculo da bifurcação do valor justo das opções de conversão das debêntures e da dívida é como segue:

	Controladora e Consolidado 31/12/2013
Instrumento de dívida - debêntures	191.369
Derivativo embutido	<u>128.631</u>
Subtotal	320.000
Custo da transação a amortizar	(5.610)
Juros incorridos	17.616
Juros pagos	<u>(9.720)</u>
Total	<u>322.286</u>

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
No País	93.907	84.110	120.685	114.833
No exterior	3.248	10.389	509.785	456.285
Partes relacionadas no exterior (nota explicativa nº 11)	-	984	-	-
	<u>97.155</u>	<u>95.483</u>	<u>630.470</u>	<u>571.118</u>

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
ICMS	3.286	5.255	5.690	15.494
IPI	184	216	458	216
COFINS	1.001	1.036	2.193	1.275
PIS	231	1.030	522	1.030
CSLL	3.453	2.810	3.453	2.810
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.803	3.424	3.627	3.424
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a receita bruta	1.078	1.128	2.397	1.128
Imposto Sobre o Valor Agregado - IVA	-	-	36.905	16.122
Imposto Empresarial à Taxa Única - IETU	-	-	4.472	2.211
Imposto Sobre a Renda - ISR	-	-	5.631	44.374
Outros	-	3.005	16.138	4.134
	<u>12.036</u>	<u>17.904</u>	<u>81.486</u>	<u>92.218</u>

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários	20.402	16.719	40.848	37.136
Encargos sociais	4.096	4.160	39.117	37.290
Férias	29.873	30.420	44.591	44.060
Participação nos resultados	<u>18.050</u>	<u>3.438</u>	<u>59.750</u>	<u>6.533</u>
	<u>72.421</u>	<u>54.737</u>	<u>184.306</u>	<u>125.019</u>

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Processos fiscais:				
Federal	23.576	21.103	25.422	23.035
Estadual	15	15	15	15
Municipal	-	29	-	29
Trabalhistas	2.726	1.726	9.333	17.187
Cíveis	9.512	3.326	12.346	8.663
Riscos tributários contingentes (nota explicativa nº 2)	-	-	21.621	38.827
Total	<u>35.829</u>	<u>26.199</u>	<u>68.737</u>	<u>87.756</u>
Depósitos judiciais	(20.629)	(14.978)	(20.629)	(14.978)
	<u>15.200</u>	<u>11.221</u>	<u>48.108</u>	<u>72.778</u>

As movimentações durante o exercício são apresentadas a seguir:

	Controladora					
	<u>Saldo em</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Saldo em</u>
	<u>31.12.2012</u>					<u>31.12.2013</u>
Processos fiscais:						
Federal	21.103	3.929	-	(2.635)	1.179	23.576
Estadual	15	-	-	-	-	15
Municipal	29	-	-	(29)	-	-
Trabalhistas	1.726	1.626	(758)	(151)	283	2.726
Cíveis	<u>3.326</u>	<u>5.691</u>	-	(6)	<u>501</u>	<u>9.512</u>
Total	<u>26.199</u>	<u>11.246</u>	<u>(758)</u>	<u>(2.821)</u>	<u>1.963</u>	<u>35.829</u>
Depósitos judiciais	(14.978)	(4.611)	162	-	(1.202)	(20.629)
Total líquido	<u>11.221</u>	<u>6.635</u>	<u>(596)</u>	<u>(2.821)</u>	<u>761</u>	<u>15.200</u>

	Consolidado						Saldo em 31.12.2013
	Saldo em 31.12.2012	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	Varição cambial	
Processos fiscais:							
Federal	23.035	16.972	(14.912)	(4.362)	4.420	269	25.422
Estadual	15	-	-	-	-	-	15
Municipal	29	2	-	(61)	32	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	17.187	2.148	(2.637)	(10.607)	1.710	1.532	9.333
Cíveis	8.663	6.191	-	(3.602)	469	625	12.346
Riscos tributários contingentes	<u>38.827</u>	<u>6.074</u>	<u>(28.530)</u>	<u>-</u>	<u>500</u>	<u>4.750</u>	<u>21.621</u>
Total	<u>87.756</u>	<u>31.387</u>	<u>(46.079)</u>	<u>(18.632)</u>	<u>7.129</u>	<u>7.176</u>	<u>68.737</u>
Depósitos judiciais	(14.978)	(4.611)	162	-	(1.202)	-	(20.629)
	<u>72.778</u>	<u>26.776</u>	<u>(45.917)</u>	<u>(18.632)</u>	<u>5.927</u>	<u>7.176</u>	<u>48.108</u>

A seguir estão resumidas as descrições dos processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte, de acordo com a sua natureza:

Processos de natureza fiscal

	31/12/2013					
	Controladora			Consolidado		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido
PIS/COFINS (a)	4.801	(4.801)	-	4.801	(4.801)	-
INSS (b)	14.463	(14.463)	-	14.463	(14.463)	-
IRPJ e CSLL (c)	-	-	-	1.823	(1.014)	809
IPI (d)	3.504	-	3.504	3.504	-	3.504
Outras	<u>823</u>	<u>-</u>	<u>823</u>	<u>846</u>	<u>-</u>	<u>846</u>
Total	<u>23.591</u>	<u>(19.264)</u>	<u>4.327</u>	<u>25.437</u>	<u>(20.278)</u>	<u>5.159</u>

Na controladora e no consolidado referem-se a:

- Discussões judiciais questionando a cobrança das contribuições sobre: (i) comissão de agentes paga ao exterior desde maio de 2005; e (ii) fretes sobre transferência entre filiais desde maio de 2008, no montante total de R\$4.801 (R\$4.639 em 31 de dezembro de 2012).
- Discussões judiciais relativas à cobrança de INSS sobre 1/3 de férias, a afastamento e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, bem como aos encargos sobre aviso prévio indenizado, no montante de R\$14.463 (R\$10.339 em 31 de dezembro de 2012).
- Créditos indevidos de IRPJ e CSLL questionados pela RFB, no montante de R\$1.823 (R\$6.123 em 31 de dezembro de 2012).
- Trata-se de anulação de débito de IPI relativo a um processo administrativo de responsabilidade da Companhia, no montante de R\$3.504 (R\$6.123 em 31 de dezembro de 2012).

Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figurava como parte em 200 (181 em 31 de dezembro de 2012) reclamações trabalhistas. Os principais temas abordados versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias e multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS referente aos Planos Verão e Collor, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante. O montante total discutido é de R\$4.484 (R\$4.302 em 31 de dezembro de 2012), para o qual a provisão no valor de R\$2.726 (R\$1.726 em 31 de dezembro de 2012) foi constituída com base em informações históricas, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

No consolidado, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 495 (410 em 31 de dezembro de 2012) reclamações trabalhistas. Os principais temas abordados versam basicamente sobre as mesmas matérias reclamadas contra a controladora. O montante total discutido é de R\$11.091 (R\$19.763 em 31 de dezembro de 2012), para o qual a provisão no valor de R\$9.333 (R\$17.187 em 31 de dezembro de 2012) foi constituída com base em informações históricas, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figurava como parte em processos judiciais que versam sobre matéria cível, dos quais R\$9.512 (R\$3.326 em 31 de dezembro de 2012) foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

No consolidado, R\$12.346 (R\$8.663 em 31 de dezembro de 2012) foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

Depósitos judiciais recursais

Representam ativos restritos da Companhia, de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos recursos processuais. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Riscos tributários contingentes/depósitos em garantia - aquisição de controlada

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, quando da aquisição do Grupo Galaz, a Companhia, como garantia de riscos tributários contingentes identificados no processo de aquisição, efetuou depósitos dos valores correspondentes no montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R\$21.621 (R\$38.827 em 31 de dezembro de 2012), para fazer face a eventuais perdas, os quais serão mantidos até o momento da quitação dos riscos em questão.

Riscos classificados como possíveis

A Companhia, suas controladas e negócios em conjunto possuem ações em andamento de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível. Em 31 de dezembro de 2013, esses processos totalizam R\$77.235 (R\$79.503 em 31 de dezembro de 2012).

20. OBRIGAÇÕES DE PLANOS DE PENSÃO E BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Plano de suplementação de aposentadoria - contribuição definida

Controladora

A Companhia patrocina desde 1º de agosto de 2004 um plano aberto de previdência complementar mantido pela Brasil Prev. Seguros e Previdência S.A., que oferece planos de suplementação de aposentadoria, pecúlio e auxílio-doença. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. Em 31 de dezembro de 2013, participam desse plano 5.455 colaboradores da Companhia (4.825 em 31 de dezembro de 2012). O total de contribuições efetuadas pela Companhia totalizou R\$1.790 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.627 em 2012).

Maxion Wheels

Adicionalmente, a controlada Maxion Wheels possui planos de contribuição com a poupança de aposentadoria dos colaboradores, cobrindo substancialmente todos os colaboradores das unidades localizadas nos Estados Unidos da América. A contribuição da controlada totalizou R\$1.640 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.635 em 31 de dezembro de 2012).

b) Plano de suplementação de aposentadoria (benefício definido) e assistência médica pós-emprego - consolidado

	31/12/2013				31/12/2012			
	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>VEBA</u>	<u>Total</u>	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>VEBA</u>	<u>Total</u>
Valor justo dos ativos do plano	19.439	-	-	19.439	17.026	-	-	17.026
Valor presente das obrigações	(338.974)	(19.847)	(46.383)	(405.204)	(310.308)	(18.297)	(48.431)	(377.036)
Déficit no plano	(319.535)	(19.847)	(46.383)	(385.765)	(293.282)	(18.297)	(48.431)	(360.010)
Passivo circulante	-	-	(2.811)	(2.811)	-	-	(2.452)	(2.452)
Passivo não circulante	(319.535)	(19.847)	(43.572)	(382.954)	(293.282)	(18.297)	(45.979)	(357.558)
Total	(319.535)	(19.847)	(46.383)	(385.765)	(293.282)	(18.297)	(48.431)	(360.010)

b1) Plano de suplementação de aposentadoria (benefício definido)

A Companhia, através de sua controlada indireta Maxion Wheels, patrocina determinados planos de pensão de benefício definido e planos de assistência médica pós-emprego, bem como seguros de vida para colaboradores distribuídos em 18 unidades no mundo. A controlada suporta os benefícios de pensão com base nos requerimentos de fundeio das leis internacionais e regulamentos dos referidos planos, com antecedência do pagamento dos benefícios. Também suporta outros benefícios à medida que são disponibilizados aos colaboradores.

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

<u>Obrigações do benefício definido</u>	31/12/2013			31/12/2012		
	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Obrigações assumidas no início do exercício	(310.308)	(18.297)	(328.605)	-	-	-
Obrigações adquiridas na combinação de negócios	-	-	-	(229.054)	(11.234)	(240.288)
Benefícios pagos pelo plano	23.129	71	23.200	17.490	33	17.523
Custos do serviço corrente e juros	(16.188)	(2.786)	(18.974)	(13.477)	(1.896)	(15.373)
Efeito de mudança de premissas geográficas	204	1.188	1.392	-	-	-
Efeito de mudança de premissas financeiras	(41.262)	8.617	(32.645)	-	-	-
Efeito de ajuste de experiência	7.511	1.277	8.788	-	-	-
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	<u>(2.060)</u>	<u>(9.917)</u>	<u>(11.977)</u>	<u>(85.267)</u>	<u>(5.200)</u>	<u>(90.467)</u>
Obrigações do benefício definido	<u>(338.974)</u>	<u>(19.847)</u>	<u>(358.821)</u>	<u>(310.308)</u>	<u>(18.297)</u>	<u>(328.605)</u>
<u>Valor justo dos ativos do plano</u>	31/12/2013			31/12/2012		
	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Ativos do plano no início do exercício	17.026	-	17.026	13.969	-	13.969
Contribuições pagas aos planos	22.524	71	22.595	16.726	33	16.759
Benefícios pagos pelos planos	(23.129)	(71)	(23.200)	(17.490)	(33)	(17.523)
Retorno esperado dos ativos dos planos	1.312	-	1.312	664	-	664
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	<u>1.706</u>	<u>-</u>	<u>1.706</u>	<u>3.157</u>	<u>-</u>	<u>3.157</u>
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	<u>19.439</u>	<u>-</u>	<u>19.439</u>	<u>17.026</u>	<u>-</u>	<u>17.026</u>
<u>Custo líquido do benefício</u>	31/12/2013			31/12/2012		
	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo do serviço	(3.759)	(1.177)	(4.936)	(2.013)	(768)	(2.781)
Custo financeiro	(12.429)	(1.609)	(14.038)	(11.464)	(1.128)	(12.592)
Retorno esperado dos ativos dos planos	<u>609</u>	<u>-</u>	<u>609</u>	<u>664</u>	<u>-</u>	<u>664</u>
Custo líquido do benefício	<u>(15.579)</u>	<u>(2.786)</u>	<u>(18.365)</u>	<u>(12.813)</u>	<u>(1.896)</u>	<u>(14.709)</u>

O custo líquido do benefício foi reconhecido no resultado do exercício nas seguintes rubricas da demonstração do resultado:

	31/12/2013			31/12/2012		
	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	<u>Pensão</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo dos produtos vendidos	(9.659)	(1.226)	(10.885)	(7.943)	(1.177)	(9.120)
Despesas gerais e administrativas	<u>(5.920)</u>	<u>(1.560)</u>	<u>(7.480)</u>	<u>(4.870)</u>	<u>(719)</u>	<u>(5.589)</u>
Total	<u>(15.579)</u>	<u>(2.786)</u>	<u>(18.365)</u>	<u>(12.813)</u>	<u>(1.896)</u>	<u>(14.709)</u>

As premissas atuariais utilizadas para determinar as informações para o encerramento do exercício foram as seguintes:

<u>Média ponderada das premissas utilizadas para cálculo do custo</u>	31/12/2013		31/12/2012	
	<u>Pensão</u>	<u>Outros benefícios</u>	<u>Pensão</u>	<u>Outros benefícios</u>
Taxa de desconto - Estados Unidos da América	-	3,50%	-	4,25%
Taxa de desconto - internacional	3,47%	8,60%	4,66%	10,00%
Taxa de aumento de salário - internacional	2,68%	5,00%	2,66%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	2,13%	4,46%	2,11%	4,47%
Taxa de aumento do plano de pensão - internacional	2,04%	-	2,04%	-

As premissas atuariais utilizadas para determinar as obrigações do benefício e da situação de fundeio foram as seguintes:

<u>Média ponderada das premissas utilizadas para cálculo do custo</u>	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Pensão</u>	<u>Outros benefícios</u>	<u>Pensão</u>	<u>Outros benefícios</u>
Taxa de desconto - Estados Unidos da América	-	4,50%	-	3,50%
Taxa de desconto - internacional	3,74%	10,54%	3,47%	8,60%
Taxa de aumento de salário - internacional	2,61%	5,00%	2,68%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	2,07%	4,43%	2,13%	4,46%
Taxa de aumento do plano de pensão - internacional	2,04%	-	2,04%	-

A taxa de desconto para os planos mantidos pela controlada indireta dos Estados Unidos da América foi desenvolvida usando taxas de juros pontuais com aumentos de meio ponto percentual para cada um dos próximos 30 anos e foi desenvolvida com base na informação de preço e rendimento para “bonds” de empresas norte-americanas de primeira linha, classificadas com risco AA pela Moody’s, emitidas em dólares norte-americanos e com prazo de vencimento entre 12 meses e 30 anos.

Análise de sensibilidade das obrigações de benefício pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2013, mudanças nas taxas de desconto utilizadas para valorizar as obrigações de benefícios de pensão gerariam os seguintes impactos nas obrigações do plano de benefício definido e na duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos), conforme a seguir:

	<u>Plano de pensão</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cenário considerando uma redução na taxa de 50 “basis point” a 3,24%:		
Impacto na obrigação de benefício definido	351.446	364.572
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	11,3	11,2
Cenário considerando um aumento na taxa 50 “basis point” a 4,24%:		
Impacto na obrigação de benefício definido	314.693	325.324
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	10,9	12,6

	Outros planos	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cenário considerando uma redução de 50 “basis point” a 10,04%:		
Impacto na obrigação de benefício definido	9.724	22.512
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	27,0	32,6
Cenário considerando um aumento na taxa 50 “basis point” a 11,04%:		
Impacto na obrigação de benefício definido	7.435	16.721
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	26,40	31,7

Retorno esperado nos ativos do plano de pensão

Em 31 de dezembro de 2013 os ativos do plano compreendem:

Seguros	17.840
Renda fixa	<u>223</u>
Total	<u>18.063</u>

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

Os planos utilizam um sistema de seguro para fundear as obrigações com os aposentados. A obrigação com colaboradores ativos não está fundeada. Nesse sistema, o segurador irá determinar o montante a ser contribuído pela patrocinadora a cada ano. Os fundos da patrocinadora são investidos majoritariamente em instrumentos de renda fixa para garantir um nível mínimo de retorno, limitando ao mesmo tempo a volatilidade. O retorno dos ativos é creditado ao plano com base no desempenho dos ativos do segurador e nos termos do contrato, e os benefícios do plano são pagos a partir desses fundos.

A política de investimento para a alocação dos ativos do plano de pensão está de acordo com as regulamentações locais das unidades fora dos Estados Unidos da América, os quais são primordialmente constituídos de seguros e instrumentos de renda fixa.

A política de alocação de ativos foi desenvolvida considerando a natureza de longo prazo das obrigações e dos objetivos do investimento de atingir um retorno nos ativos consistentes com os requerimentos de contribuição ao plano, maximizando o retorno do portfólio e minimizando o impacto das flutuações de mercado no valor dos ativos do plano.

Contribuições aos planos

A controlada indireta Maxion Wheels contribuiu aos planos de pensão com R\$22.524 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$16.759 em 31 de dezembro de 2012).

b2) Plano de assistência médica pós-emprego

A controlada indireta Maxion Wheels contribui também através do plano de assistência médica para um grupo determinado de ex-colaboradores denominado “Voluntary Employee Benefit Association - VEBA”. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da obrigação a pagar com o VEBA é de R\$46.383 (R\$48.431 em 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$2.811 (R\$2.452 em 31 de dezembro de 2012) estão sendo classificados no passivo circulante na rubrica “Outras obrigações” e R\$43.572 (R\$45.979 em 31 de dezembro de 2012) no passivo não circulante na rubrica “Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego” no consolidado. Esse passivo representa o saldo das contribuições pendentes de pagamento por parte da Controlada.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Na Assembleia Geral de 26 de abril de 2013, foi aprovado o aumento no capital social em R\$50.000 sem emissão de novas ações ordinárias, por meio de capitalização de reservas de lucros. Com isso o capital integralizado passou a ser de R\$700.000 em 31 de dezembro de 2013 (R\$650.000 em 31 de dezembro de 2012) dividido em 94.863.372 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em adição às 94.863.372 ações ordinárias, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 18.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a emissão de novas ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará a quantidade de ações emitidas, o prazo de emissão e as condições de integralização.

A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, colaboradores ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 168, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva estatutária de investimento e de capital de giro

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

c) Destinação do lucro líquido

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	170.329	66.864
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	<u>28.165</u>	<u>11.141</u>
Total a distribuir	198.494	78.005
(-) Reserva legal (5%)	(9.925)	(3.900)
Destinação do lucro:		
Dividendos mínimos obrigatórios - (37%)	73.443	28.862
(-) Juros sobre o capital próprio - 25 de abril de 2012	-	(12.659)
(-) Juros sobre o capital próprio - 19 de dezembro de 2012	-	(12.713)
(-) Juros sobre o capital próprio - 18 de dezembro de 2013	(45.031)	-
(-) Dividendos propostos (saldo)	(28.412)	(3.490)
(-) Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	(109.470)	(45.243)
		<u>31/12/2013</u>
(+) Dividendos propostos		28.412
(+) Juros sobre o capital próprio bruto		<u>50.687</u>
Total distribuído		<u>79.099</u>
Distribuição total (%)		39,8%

Em 18 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio (“JSCP”) no montante bruto de R\$50.687, equivalente a R\$0,53575888 por ação ordinária, correspondente ao valor líquido de R\$45.031, ou R\$0,47597541 por ação ordinária, já deduzido o IRRF de 15%.

O pagamento do JSCP ocorrerá com o pagamento dos dividendos do exercício social de 2013, no montante total de R\$79.099, no decorrer do primeiro trimestre de 2014.

d) Opções outorgadas reconhecidas e ações em tesouraria

- Pagamentos baseados em ações: referem-se ao resultado registrado com o plano de opção de compras de ações dos anos 2012, 2011 e 2010 deduzidas do exercício das opções elegíveis dos planos de 2011 e 2010, no montante líquido de R\$106, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$366 em 31 de dezembro de 2012).
- Ações em tesouraria: em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 253.163 ações em tesouraria, tendo sido adquiridas durante o exercício de 2012 mais 67.000, totalizando 320.163 ações ordinárias destinadas ao atendimento dos planos de outorga de opções. Foram entregues durante os exercícios de 2013 e de 2012 65.418 ações correspondentes aos exercícios do plano de outorga de opções de 2010 e de 2011, ficando um saldo de 254.745 ações ordinárias, no montante de R\$5.941, como compromisso de plano de opções de compra de ações.
- Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado das ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$6.661 (cotação de 30 de dezembro de 2013, no valor de R\$26,15 por ação).

22. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009, aprovou o plano de outorga de opções de compra de ações para administradores da Companhia, estando as condições individuais de cada beneficiário descritas nesse plano.

O beneficiário deverá ter destinada parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“participação nos resultados”), referente ao ano 2009 para o plano de 2010, ao ano 2010 para o plano de 2011 e ao ano 2011 para o plano de 2012, a fim de adquirir, em bolsa de valores, ações de emissão da Companhia (“ações próprias”). Para tais fins, o beneficiário deverá eleger entre destinar a participação nos resultados a fim de comprometê-la nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo beneficiário para aquisição de ações próprias determinará o número de opções que o beneficiário terá direito a exercer. Caso o beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da participação nos resultados à aquisição de ações próprias, não lhe será outorgada nenhuma opção.

O percentual de comprometimento da participação nos resultados para aquisição de ações próprias deverá ser definido e, consequentemente, comprovado pelo beneficiário à Companhia, mediante a apresentação da respectiva nota de corretagem até cinco dias após o fim do prazo para aquisição de ações próprias. O prazo para aquisição de ações próprias terá início no dia subsequente ao dia em que a Companhia informar aos beneficiários o preço de exercício e terá a duração de 15 dias corridos.

Decorrido o prazo estabelecido, o Conselho definirá o número de opções outorgadas a cada beneficiário, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$O = (B * M) / P$$

Em que:

O = número de opções outorgadas ao beneficiário.

B = valor, em reais, da participação nos resultados destinado pelo beneficiário à aquisição de ações próprias.

M = múltiplo sobre o valor da participação nos resultados destinado à aquisição de ações próprias, definido conforme as especificações a seguir.

P = preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA, imediatamente subsequentes ao término do prazo.

O múltiplo “M” mencionado anteriormente terá um valor numérico fixo para cada beneficiário, que será o seguinte:

- a) Se o beneficiário tiver destinado 75% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, “M” será equivalente a 2,0.
- b) Se o beneficiário tiver destinado 50% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, “M” será equivalente a 1,5.
- c) Se o beneficiário tiver destinado 25% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, “M” será equivalente a 1,0.

A Companhia celebrará com o beneficiário, na data da definição das outorgas, o respectivo Contrato de Outorga de Opção de Ações, disciplinando os termos e as condições da outorga.

O preço de exercício das opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA anteriores ao dia 3 de março de 2010 para o plano de 2010, 12 de março de 2011 para o plano de 2011 e 13 de março de 2012 para o plano de 2012, imediatamente antecedentes ao início do prazo de aquisição das ações próprias.

Índice de Correção do Preço de Exercício - Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, a ser aplicado sobre o preço de exercício das opções desde a data desse programa até a data de exercício das respectivas opções.

- Exercício das opções - as opções serão divididas em três lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em dois, três e quatro anos contados da data desse programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, em uma única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de três anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de dez dias. Após o decurso desse prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito à indenização.

Plano de 2010

As opções de compra de ações do plano de 2010 em circulação em 31 de dezembro de 2013 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data da outorga	Opções em circulação				Opções exercíveis	
	Valor justo da opção R\$	Opções em circulação	Vida	Preço de exercício R\$	Opções exercíveis	Preço de exercício R\$
			remanescente contratual (anos)			
3 a 18 de março de 2010	9,01	624	2	18,42	624	18,42
3 a 18 de março de 2010	9,87	9.664	3	18,42	9.664	18,42
3 a 18 de março de 2010	10,67	<u>35.732</u>	4	18,42	-	-
Total		<u>46.020</u>			<u>10.288</u>	

Em 31 de dezembro de 2013, o preço de mercado era de R\$26,15 por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas em março de 2010 foram:

- Preço da opção de R\$8,89 para dois anos, R\$9,88 para três anos e R\$11,06 para quatro anos em 31 de dezembro de 2013.
- Volatilidade de 2,78% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação dos últimos seis anos.
- Vida esperada da opção de dois a quatro anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 10,46% para três anos, 11,14% para quatro anos e 11,78% para cinco anos.

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do: (a) exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2013; e (b) exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções. Para ambos os cenários foi considerada a hipótese em que todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2013.

	<u>2 anos - 1/3</u>	<u>3 anos - 1/3</u>	<u>4 anos - 1/3</u>
Preço de exercício - R\$	19,40	20,46	21,48
Quantidade de ações a serem adquiridas ou emitidas com o exercício das opções	624	9.664	35.732
Valor justo das opções - R\$	8,89	9,88	11,06

Relativos ao plano de 2010, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram exercidas 26.068 opções, com preço médio de exercício de R\$18,15. Não houve opções com direito prescrito ou expiradas do exercício.

Plano de 2011

As opções de compra de ações do plano de 2011 em circulação em 31 de dezembro de 2013 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data da outorga	Valor justo da opção R\$	Opções em circulação			Opções exercíveis	
		Opções em circulação	Vida remanescente contratual (anos)	Preço de exercício R\$	Opções exercíveis	Preço de exercício R\$
14 a 28 de março de 2011	6,05	64.613	3	24,40	64.613	24,40
14 a 28 de março de 2011	7,12	68.801	4	24,40	-	-
14 a 28 de março de 2011	8,14	<u>68.801</u>	5	24,40	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>202.215</u>			<u>64.613</u>	

Em 31 de dezembro de 2013, o preço de mercado era de R\$26,15 por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas em março de 2011 foram:

- Preço da opção de R\$4,39 para três anos, R\$5,97 para quatro anos e R\$7,53 para cinco anos em 31 de dezembro de 2013.
- Volatilidade de 2,78% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação dos últimos cinco anos.
- Vida esperada da opção de três a cinco anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 11,14% para três anos, 11,78% para quatro anos e 12,27% para cinco anos.

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do: (a) exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2013; e (b) exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções. Para ambos os cenários foi considerada a hipótese em que todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2013.

	<u>3 anos - 1/3</u>	<u>4 anos - 1/3</u>	<u>5 anos - 1/3</u>
Preço de exercício - R\$	27,36	28,73	30,17
Quantidade de ações a serem adquiridas ou emitidas com exercício das opções	64.613	68.801	68.801
Valor justo das opções - R\$	4,39	5,97	7,53

Relativos ao plano de 2011, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram exercidas 4.231 opções, com preço médio de exercício de R\$24,07. Não houve opções com direito prescrito ou expiradas do exercício.

Plano de 2012

As opções de compra de ações do plano de 2012 em circulação em 31 de dezembro de 2013 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data da outorga	Valor justo da opção R\$	Opções em circulação			Opções exercíveis	
		Opções em circulação	Vida remanescente	Preço de exercício R\$	Opções exercíveis	Preço de exercício R\$
			contratual (anos)			
14 a 28 de março de 2012	7,45	20.775	4	35,56	-	-
14 a 28 de março de 2012	9,09	20.755	5	35,56	-	-
14 a 28 de março de 2012	10,59	<u>20.755</u>	6	35,56	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>62.285</u>			<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o preço de mercado era de R\$26,15 por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas em março 2012 foram:

- Preço da opção de R\$0,01 para quatro anos, R\$0,34 para cinco anos e R\$1,42 para seis anos em 31 de dezembro de 2013.
- Volatilidade de 2,78% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação dos últimos seis anos.
- Vida esperada da opção de quatro a seis anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 11,78% para quatro anos, 12,27% para cinco anos e 12,36% para seis anos. A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do: (a) exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2013; e (b) exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções. Para ambos os cenários foi considerada a hipótese em que todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2013.

	<u>4 anos - 1/3</u>	<u>5 anos - 1/3</u>	<u>6 anos - 1/3</u>
Preço de exercício - R\$	41,33	43,39	45,56
Quantidade de ações a serem adquiridas ou emitidas com exercício das opções	20.775	20.755	20.755
Valor justo das opções - R\$	0,01	0,34	1,42

Relativos ao plano de 2012, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve opções com direito prescrito ou expiradas.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	9.014	8.548	14.964	11.450
Descontos obtidos e juros ativos	780	7.694	780	7.694
Atualização monetária com processos fiscais (*)	2.342	23.277	2.342	23.277
Outras	<u>3.667</u>	<u>3.581</u>	<u>6.623</u>	<u>4.878</u>
Total	<u>15.803</u>	<u>43.100</u>	<u>24.709</u>	<u>47.299</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos e encargos financeiros	(132.630)	(27.098)	(194.359)	(155.866)
Atualização monetária das provisões para riscos	(1.963)	(1.372)	(7.129)	(1.372)
IOF	(5.102)	(628)	(5.143)	(628)
Custo amortizado das debêntures	(4.076)	-	(4.345)	-
Despesas bancárias	(7.333)	(8.890)	(7.674)	(8.865)
Outras	<u>(6.640)</u>	<u>(3.766)</u>	<u>(7.495)</u>	<u>(7.562)</u>
Total	<u>(157.744)</u>	<u>(41.754)</u>	<u>(226.145)</u>	<u>(174.293)</u>

(*) Em 23 de abril de 2012, a Companhia reconheceu o ganho com desfecho favorável de processo judicial transitado em julgado no montante de R\$23.277, referente à restituição da correção monetária do IPI pago na aquisição de matéria-prima. Após a habilitação do crédito, o montante foi registrado na rubrica “Impostos a recuperar” no ativo circulante.

24. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Variação cambial ativa (passiva) do contas a receber de clientes	2.644	10.315	(838)	2.661
Variação cambial passiva de empréstimos e financiamentos	(3.505)	-	(11.719)	(8.616)
Variação cambial passiva (ativa) de fornecedores	(654)	(5.166)	3.822	3.425
Variação cambial de instrumentos financeiros derivativos, líquida	-	(109)	-	(109)
Outras	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>(2.753)</u>	<u>(5.501)</u>
Total	<u>(1.460)</u>	<u>5.040</u>	<u>(11.488)</u>	<u>(8.140)</u>

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita bruta de venda de bens	2.462.695	2.031.188	6.644.945	5.684.241
(-) Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(493.376)	(389.362)	(493.376)	(389.362)
Abatimentos e devoluções	<u>(18.817)</u>	<u>(17.382)</u>	<u>(25.076)</u>	<u>(25.455)</u>
Receita líquida de vendas de bens	<u>1.950.502</u>	<u>1.624.444</u>	<u>6.126.493</u>	<u>5.269.424</u>

26. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Matéria-prima	(942.263)	(816.561)	(3.233.161)	(2.861.423)
Salários e benefícios	(487.536)	(434.850)	(1.188.884)	(1.012.918)
Matérias/manutenção	(102.593)	(86.344)	(408.828)	(345.496)
Energia elétrica	(22.378)	(26.128)	(212.345)	(184.311)
Depreciação e amortização	(46.093)	(43.997)	(209.878)	(171.588)
Serviços prestados por terceiros	(39.827)	(33.937)	(134.967)	(123.630)
Frete	(39.148)	(36.579)	(120.743)	(107.051)
Honorários da Administração	(10.972)	(6.660)	(10.972)	(6.660)
Locomoção/comunicação	(13.724)	(11.570)	(38.457)	(31.289)
Outros custos e despesas	<u>(11.956)</u>	<u>(13.776)</u>	<u>(119.892)</u>	<u>(132.151)</u>
Total	<u>(1.716.490)</u>	<u>(1.510.402)</u>	<u>(5.678.127)</u>	<u>(4.976.517)</u>

Classificadas como:

Custo de produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.587.571)	(1.405.998)	(5.267.393)	(4.712.796)
Despesas com vendas	(45.979)	(39.047)	(129.117)	(66.583)
Despesas gerais e administrativas	(71.968)	(58.697)	(270.645)	(190.478)
Honorários da Administração (nota explicativa nº 11)	<u>(10.972)</u>	<u>(6.660)</u>	<u>(10.972)</u>	<u>(6.660)</u>
Total	<u>(1.716.490)</u>	<u>(1.510.402)</u>	<u>(5.678.127)</u>	<u>(4.976.517)</u>

27. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pelo Conselho de Administração.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é também aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que se pretende proteger. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

Os Comitês de Auditoria e Financeiro da Companhia acompanham como a Administração monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de administração de risco e revisa a adequação do modelo de administração de risco em relação aos riscos aceitos pela Companhia, por suas controladas e seus negócios em conjunto.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

		Controladora					
		31/12/2013			31/12/2012		
	Nota explicativa	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Valor justo
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	6	178.801	-	-	218.429	-	-
Contas a receber	7	227.126	-	-	233.361	-	-
Mútuos partes relacionadas	11	48	-	-	7.377	-	-
		<u>405.975</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>459.167</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo:							
Financiamentos e empréstimos	15	-	469.504	-	-	530.710	-
Debêntures	15	-	1.130.662	-	-	-	-
Derivativo embutido	15	-	-	128.631	-	-	-
Fornecedores	16	-	97.155	-	-	95.483	-
Mútuos partes relacionadas	11	4.331	-	-	3.633	-	-
		<u>4.331</u>	<u>1.697.321</u>	<u>128.631</u>	<u>3.633</u>	<u>626.193</u>	<u>-</u>
		Consolidado					
		31/12/2013			31/12/2012		
	Nota explicativa	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Valor justo
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	6	662.230	-	-	501.361	-	-
Contas a receber de clientes	7	747.813	-	-	704.641	-	-
		<u>1.410.043</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.206.002</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo:							
Financiamentos e empréstimos	15	-	1.514.191	-	-	2.741.538	-
Debêntures	15	-	1.130.662	-	-	-	-
Derivativo embutido	15	-	-	128.631	-	-	-
e	16	-	630.470	-	-	571.118	-
		<u>-</u>	<u>3.275.323</u>	<u>128.631</u>	<u>-</u>	<u>3.312.656</u>	<u>-</u>

b) Valores justos

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços) em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado ou substancialmente quanto à integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - informações indisponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronto e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa ou agência reguladora, entre outras, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais; sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados nas datas dos balanços, estando incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

No caso da Companhia e de suas controladas, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos de mercado.

O valor justo das opções de conversão das debêntures, conforme o valor divulgado na nota explicativa nº 15, foi determinado em 31 de dezembro de 2013, utilizando o modelo de apreçamento de opções “Black & Scholes”.

O valor justo da dívida decorrente da 6ª emissão de debêntures da Companhia é calculado com base nas cotações do mercado secundário (nível 1) publicadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil das debêntures pode ser assim demonstrada:

<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
-----------------------	--------------------

320.000	345.960
---------	---------

c) Instrumentos financeiros derivativos

Exceto pelas debêntures anteriormente mencionadas, que possuem derivativos embutidos, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possuía outros instrumentos financeiros dessa natureza.

d) “Hedge accounting”

Em 1º de julho de 2013, a Companhia designou um instrumento de dívida (não derivativo) no valor nominal de US\$25.000 mil, equivalente a R\$58.565 em 31 de dezembro de 2013, com vencimento para dezembro de 2014, como “hedge” de fluxo de caixa para exportações consideradas altamente prováveis.

Tendo em vista que a liquidação do referido contrato se dará através de exportações de produtos, a Administração da Companhia entende que a operação se caracteriza como um “hedge” natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações dos resultados, sem efeito equivalente no fluxo de caixa da Companhia. Dessa forma, os efeitos das variações cambiais estão sendo registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, revertendo-os contra o resultado do exercício, no momento da realização das exportações.

Em 31 de dezembro de 2013, o total das perdas cambiais não realizadas com o instrumento de dívida das exportações, reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, era de R\$975, líquido dos efeitos tributários. A previsão é de que as exportações continuem ocorrendo entre janeiro e novembro de 2014, quando a perda (ganho) será totalmente revertida contra a receita de venda de exportações.

e) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

No que tange aos créditos com clientes, a Companhia entende que, pelo fato de existir: (i) forte análise de crédito; (ii) acompanhamento permanente dos saldos em aberto; e (iii) os clientes serem representados por grandes montadoras com boa classificação de risco, o risco de crédito é controlado.

A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, conforme informações divulgadas na nota explicativa nº 7.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Através de sua política de gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe sua liquidez de acordo com a sua política de gestão de risco financeiro, aprovada pelo Conselho de Administração, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, por meio de depósitos em instituições financeiras.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2013					
	Controladora			Consolidado		
	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Acima de 2 anos</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Acima de 2 anos</u>
Fornecedores	97.155	-	-	630.470	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	<u>118.660</u>	<u>189.396</u>	<u>1.420.741</u>	<u>712.303</u>	<u>339.650</u>	<u>1.721.531</u>
	<u>215.815</u>	<u>189.396</u>	<u>1.420.741</u>	<u>1.342.773</u>	<u>339.650</u>	<u>1.721.531</u>

31/12/2012

	Controladora			Consolidado		
	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Acima de 2 anos</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Acima de 2 anos</u>
Fornecedores	95.483	-	-	571.118	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	<u>238.712</u>	<u>255.642</u>	<u>36.356</u>	<u>652.419</u>	<u>377.106</u>	<u>1.712.013</u>
	<u>334.195</u>	<u>255.642</u>	<u>36.356</u>	<u>1.223.537</u>	<u>377.106</u>	<u>1.712.013</u>

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas estarem sujeitas aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas têm investimentos em controladas no exterior e fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia e suas controladas possuem política específica para a contratação de operações de “hedge” para mitigar esses riscos.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo:				
Contas a receber (i)	6.281	11.687	476.994	451.297
Partes relacionadas no exterior	<u>19.491</u>	<u>24.088</u>	-	-
Total do ativo	<u>25.772</u>	<u>35.775</u>	<u>476.994</u>	<u>451.297</u>
Passivo:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	63.145	72.610	1.086.467	2.263.055
Fornecedores (iii)	3.248	10.389	509.785	456.285
Partes relacionadas no exterior	-	984	-	-
Total do passivo	<u>66.393</u>	<u>83.983</u>	<u>1.596.252</u>	<u>2.719.340</u>
Exposição líquida	(40.621)	(48.208)	(1.119.258)	(2.268.043)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	<u>1.061.893</u>	<u>2.213.067</u>
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	<u>(40.621)</u>	<u>(48.208)</u>	<u>(57.365)</u>	<u>(54.976)</u>

- (i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2013, 63,8% (55,2% em 31 de dezembro de 2012) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euro e yuan.
- (ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2013, 39,2% (82,5% em 31 de dezembro de 2012) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local pelas controladas localizadas no exterior, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.
- (iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2013, 80,9% (71,5% em 31 de dezembro de 2012) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euro e yuan.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira.

Risco de concentração

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compras de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 65% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional será reduzida.

Análise de sensibilidade - consolidado

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e taxa do CDI. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionaram quatro riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (CDI); (3) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (TJLP); e (4) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

ii) Seleção dos cenários

Nos quadros a seguir foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. A CVM, através da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2013.

O cenário provável considerado pela Companhia é o cenário real da cotação do dólar norte-americano/real, TJLP, CDI e IPCA de 31 de dezembro de 2013.

Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item “Risco de taxas de câmbio”, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Perda	
	Cenário possível	Cenário remoto
<u>Risco da Companhia</u>		
Aumento do dólar norte-americano	<u>14.341</u>	<u>28.682</u>

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2013 de R\$2,3426/US\$1,00 (R\$2,9283/US\$1,00), e o cenário remoto, uma desvalorização de 50% (R\$3,5139/US\$1,00).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$14.341 no cenário possível e de R\$28.682 no cenário remoto.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - risco da Companhia de aumento da taxa de juros

Empréstimos e financiamentos - TJLP e cestas de moedas

	Cenários		
	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
TJLP em 31 de dezembro de 2013	5,00%	6,25%	7,50%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$7.444:			
Despesa financeira estimada	372	465	558
Efeito	-	(93)	(186)

Empréstimos e financiamentos - IPCA

	Cenários		
	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
IPCA em 31 de dezembro de 2013	5,91%	7,39%	8,87%
Financiamentos indexados - IPCA - R\$31.986:			
Despesa financeira estimada	1.890	2.364	2.837
Efeito	-	(473)	(947)

Debêntures - CDI

	Cenários		
	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
CDI em 31 de dezembro de 2013	9,74%	12,18%	14,61%
Debêntures indexadas - 99,74% CDI - R\$1.280.568:			
Despesa financeira estimada	124.727	155.973	187.091
Efeito	-	(31.246)	(62.364)

Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia de redução da taxa de juros

Aplicações financeiras - CDI

	Cenários		
	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
CDI - R\$ em 31 de dezembro de 2013	9,91%	7,43%	4,96%
Aplicações financeiras - 101,4% CDI - R\$202.044:			
Receita financeira estimada	8.586	6.440	4.293
Efeito	-	(2.147)	(4.293)

28. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre o capital, os quais a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do WACC (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital no fim do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.728.797	530.710	2.773.484	2.741.539
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(178.801)</u>	<u>(218.429)</u>	<u>(662.230)</u>	<u>(501.361)</u>
Dívida líquida	1.549.996	312.281	2.111.254	2.240.178
Total do patrimônio líquido	1.221.081	913.038	1.445.160	1.090.910
Relação dívida líquida sobre patrimônio	<u>127%</u>	<u>34%</u>	<u>146%</u>	<u>205%</u>

29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Arrendamentos operacionais

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel de imóveis por períodos variáveis de tempo entre um e cinco anos com cláusula de renovação automática. A expectativa é de que esses contratos continuem sendo renovados.

Em 31 de dezembro de 2013, com base nos contratos de locação assinados, a obrigação futura estimada para os próximos cinco exercícios resume-se aos valores descritos na tabela a seguir, os quais não incluem eventuais valores correspondentes a renovações:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	665	11.627
2015	665	5.126
2016	665	2.800
2017	665	1.655
2018	<u>665</u>	<u>1.232</u>
	<u>3.325</u>	<u>22.440</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os gastos com esses contratos de aluguel no consolidado foram de R\$17.684 (R\$7.517 em 31 de dezembro de 2012).

Tais arrendamentos possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, com as quais, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado, naquela data, como contrato oneroso pela Administração. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado como “contingente” havia sido efetuado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não mantêm outros compromissos a longo prazo com terceiros.

30. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Denominador:		
Média ponderada da quantidade de ações total	94.863	94.863
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	<u>(255)</u>	<u>(285)</u>
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	94.608	94.578
Numerador - básico		
Lucro líquido do exercício	<u>170.329</u>	<u>66.864</u>
Lucro líquido do exercício por ação básico - R\$	<u>1,80037</u>	<u>0,70697</u>
Numerador - diluído		
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	94.608	94.578
Quantidade de ações - com exercício de opção das debêntures ICVM nº 400	10.560	-
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	<u>376</u>	<u>396</u>
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	<u>105.544</u>	<u>94.974</u>
Lucro líquido do exercício	170.329	66.864
Juros debêntures ICVM nº400	11.718	-
Custos a amortizar ICVM nº400	<u>(3.703)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>178.344</u>	<u>66.864</u>
Lucro líquido do exercício por ação diluído - R\$	<u>1,68976</u>	<u>0,70402</u>

31. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Durante o exercício de 2012, a Companhia, através de sua controlada indireta Maxion Fumagalli de México S. de RL de C.V., adquiriu participação societária no Grupo Galaz, e sua controlada Iochpe Holdings, LLC adquiriu participação societária na Hayes Lemmerz e suas subsidiárias. Os valores dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, líquidos dos respectivos caixas, estão demonstrados na nota explicativa nº 2.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Presidente.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento (automotivo), tendo uma estrutura de gestão matricial em que somente as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em níveis mais detalhados, uma vez que os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e por suas controladas são divididos entre as divisões Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

A receita líquida está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

<u>Participação</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações na América do Sul - Brasil	38,6%	36%
Operações internacionais:		
América do Norte	23,9%	25,9%
Europa	30,9%	30,3%
Outros	6,6%	7,8%
 <u>Receita líquida</u>	 <u>2013</u>	 <u>2012</u>
Operações na América do Sul - Brasil	2.364.193	1.896.893
Operações internacionais:		
América do Norte	1.466.058	1.363.834
Europa	1.892.525	1.594.849
Ásia	403.716	413.848
	<u>6.126.493</u>	<u>5.269.424</u>

33. OUTROS ASSUNTOS

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014.

Com o objetivo de garantir a neutralidade tributária estabelecida nos artigos 15 e 16 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a Administração da Companhia optará pela adoção antecipada supramencionada, tão logo disponibilizados e normatizados os procedimentos para essa adoção. Assim, também, estará garantida a utilização do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76, para fins do cálculo do limite previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, que diz respeito aos efeitos fiscais relacionados aos juros sobre o capital próprio.

No que se refere aos valores relativos a dividendos pagos ou a pagar após a publicação da referida Medida Provisória relacionados ao resultado apurado do exercício de 2013, a Administração da Companhia concluiu que não serão superiores aos que seriam apurados em consonância com os métodos e as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, não devendo incidir sobre eles nenhum encargo tributário.

A Administração da Companhia continua analisando outros eventuais impactos decorrentes da referida Medida Provisória.

34. REAPRESENTAÇÃO DE VALORES CORRESPONDENTES

Com base nas novas normas de consolidação de negócios em conjunto vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013 e conforme o pronunciamento técnico CPC 19 (R2)/IFRS 11, os negócios em conjunto deixaram de ser consolidados proporcionalmente.

Adicionalmente, em atendimento às disposições do CPC 15(R1)/IFRS 3 – Combinação de Negócios, devido à alocação adicional do preço de compra da aquisição do Grupo Galaz em Janeiro de 2013 (nota explicativa n.º 2), o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 está sendo ajustado.

Desta forma, as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012 e o balanço patrimonial consolidado em 1º de janeiro de 2012 foram reapresentados para permitir a comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício corrente, conforme demonstrado a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

<u>ATIVO</u>	31/12/2012		
	<u>Originalmente apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	506.500	(5.139)	501.361
Contas a receber de clientes	759.724	(55.083)	704.641
Estoques	703.903	(69.373)	634.530
Impostos a recuperar	110.514	(6.547)	103.967
Despesas antecipadas	31.420	(10)	31.410
Outros créditos	<u>42.812</u>	<u>(25.968)</u>	<u>16.844</u>
Total do ativo circulante	<u>2.154.873</u>	<u>(162.120)</u>	<u>1.992.753</u>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	61.507	(36.686)	24.821
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.717	(18.907)	45.810
Depósitos judiciais	26.210	(4.516)	21.694
Depósitos em garantia	38.827	-	38.827
Outros créditos	4.711	(975)	3.736
Investimentos	104	35.491	35.595
Imobilizado	2.565.544	(152.282)	2.413.262
Intangível	<u>869.089</u>	<u>29.605</u>	<u>898.694</u>
Total do ativo não circulante	<u>3.630.709</u>	<u>(148.270)</u>	<u>3.482.439</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>5.785.582</u>	<u>(310.390)</u>	<u>5.475.192</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2012

	Originalmente <u>apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	813.129	(160.710)	652.419
Fornecedores	598.033	(26.915)	571.118
Obrigações tributárias	64.251	27.967	92.218
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	138.395	(13.376)	125.019
Adiantamentos de clientes	13.632	(2.224)	11.408
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	25.738	-	25.738
Outras obrigações	<u>155.564</u>	<u>(17.459)</u>	<u>138.105</u>
Total do passivo circulante	<u>1.808.742</u>	<u>(192.717)</u>	<u>1.616.025</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.187.776	(98.657)	2.089.119
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	77.572	(4.794)	72.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos	188.872	4.030	192.902
Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego	328.605	28.953	357.558
Outras obrigações	<u>103.105</u>	<u>(47.205)</u>	<u>55.900</u>
Total do passivo não circulante	<u>2.885.930</u>	<u>(117.673)</u>	<u>2.768.257</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.090.910</u>	-	<u>1.090.910</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>5.785.582</u>	<u>(310.390)</u>	<u>5.475.192</u>

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - 01/01/2012

ATIVO

	01/01/2012			
	Originalmente apresentado	Ajustes IFRS 11/ CPC 19	Reclassificações	Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	291.484	(28.204)	-	263.280
Aplicações financeiras	45.837	-	-	45.837
Contas a receber de clientes	395.980	(106.709)	-	289.271
Estoques	382.503	(76.069)	-	306.434
Impostos a recuperar	56.205	(7.931)	-	48.274
Despesas antecipadas	6.412	-	-	6.412
Outros créditos	<u>21.860</u>	<u>(3.435)</u>	-	<u>18.425</u>
Total do ativo circulante	<u>1.200.281</u>	<u>(222.348)</u>	-	<u>977.933</u>
NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recuperar	52.511	(41.856)	-	10.655
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.428	(32.206)	(32.987)	5.235
Depósitos judiciais	31.228	(11.121)	(13.040)	7.067
Outros créditos	4.045	(170)	-	3.875
Investimentos	104	73.662	-	73.766
Imobilizado	1.106.579	(154.375)	-	952.204
Intangível	<u>27.438</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.438</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.292.333</u>	<u>(166.066)</u>	<u>(46.027)</u>	<u>1.080.240</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>2.492.614</u>	<u>(388.414)</u>	<u>(46.027)</u>	<u>2.058.173</u>

**PASSIVO E PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**

	01/01/2012			
	Originalmente apresentado	Ajustes IFRS 11/ CPC 19	Reclassificado	Reapresentado
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	539.506	(212.527)	-	326.979
Fornecedores	225.807	(42.895)	-	182.912
Obrigações tributárias	19.235	(2.988)	-	16.247
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	95.619	(15.752)	-	79.867
Adiantamentos de clientes	47.031	(30.626)	-	16.405
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	82.671	-	-	82.671
Partes relacionadas	-	-	-	-
Instrumentos financeiros a pagar	104	-	-	104
Outras obrigações	50.929	(12.995)	-	37.934
Total do passivo circulante	<u>1.060.902</u>	<u>(317.783)</u>	-	<u>743.119</u>
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	317.188	(29.859)	-	287.329
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30.787	(11.723)	(13.040)	6.024
Imposto de renda e contribuição social diferidos	145.429	(27.318)	(32.987)	85.124
Outras obrigações	19.688	(1.731)	-	17.957
Total do passivo não circulante	513.092	(70.631)	(46.027)	396.434
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	500.000	-	-	500.000
Opções outorgadas reconhecidas	2.554	-	-	2.554
Reservas de capital	-	-	-	-
Reservas de lucros	239.274	-	-	239.274
Ações em tesouraria	(5.282)	-	-	(5.282)
Ajuste de avaliação patrimonial	167.334	-	(1.107)	166.227
Outros resultados abrangentes	10.567	-	1.107	11.674
Dividendos adicionais propostos	4.173	-	-	4.173
Total do patrimônio líquido	918.620	-	-	918.620
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.492.614</u>	<u>(388.414)</u>	<u>(46.027)</u>	<u>2.058.173</u>

Para melhor comparabilidade com a classificação adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram feitas reclassificações nos saldos de 01 de janeiro de 2012 em relação aos originalmente publicados em 31 de dezembro de 2011, referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, depósitos judiciais, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes.

- a) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, que em 31 de dezembro de 2011 foram apresentados individualmente no ativo e no passivo não circulante, foram reclassificados considerando a compensação entre ativos e passivos líquidos, levando em consideração as questões relacionadas a natureza, entidade legal e jurisdição tributária aos quais pertencem. Foram reclassificados entre ativo não circulante e passivo não circulante, R\$ 32.987 no consolidado.

- b) Depósitos judiciais recursais e mantidos para pagamento de tributos com exigibilidade suspensa. Os saldos de depósitos judiciais segregados entre (i) depósitos judiciais recursais e (ii) depósitos judiciais mantidos para pagamentos de tributos com exigibilidade suspensa, foram reclassificados entre o ativo e passivo não circulantes em 31 de dezembro de 2011 da seguinte forma R\$13.040 no consolidado.
- c) O valor de mensuração de instrumentos financeiros, líquidos que em 31 de dezembro de 2011 foram apresentados na linha de ajuste de avaliação patrimonial, foram reclassificados para a linha de outros resultados abrangentes da seguinte forma: R\$1.107 no consolidado.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

	31/12/2012		
	Originalmente apresentado	Ajustes IFRS 11/ CPC 19	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	5.698.513	(429.089)	5.269.424
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(5.122.210)	409.414	(4.712.796)
LUCRO BRUTO	576.303	(19.675)	556.628
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas	(92.699)	26.116	(66.583)
Gerais e administrativas	(208.350)	17.872	(190.478)
Honorários da Administração	(6.660)	-	(6.660)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(33.121)	(33.121)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>9.916</u>	<u>1.078</u>	<u>10.994</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	278.510	(7.730)	270.780
Receitas financeiras	47.014	285	47.299
Despesas financeiras	(199.755)	25.462	(174.293)
Variação cambial, líquida	<u>(7.883)</u>	<u>(257)</u>	<u>(8.140)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	117.886	17.760	135.646
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	(71.974)	(344)	(72.318)
Diferidos	59.794	(17.416)	42.378
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>105.706</u>	<u>-</u>	<u>105.706</u>
ATRIBUÍVEL AOS			
Acionistas controladores	66.864	-	66.864
Acionistas não controladores	38.842	-	38.842

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO

Não houve ajustes nas informações originalmente divulgadas na demonstração do resultado abrangente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

	31/12/2012			
		Ajustes IFRS 11/ CPC 19	Reclassificações (*)	Reapresentada
Originalmente apresentada				
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	105.706	-	-	105.706
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	181.061	(7.872)	-	173.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(59.794)	-	17.416	(42.378)
Custo residual de ativos imobilizados baixados	11.557	(1.771)	-	9.786
Resultado da equivalência patrimonial		33.121	-	33.121
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões	13.457	(2.800)	-	10.657
Juros e variações monetárias e cambiais	186.256	18.991	(39.696)	165.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.325	-	934	2.259
Provisão para perdas nos estoques	3.029	-	569	3.394
Ganhos e perdas de conversão	(310.814)	-	310.814	-
Redução (aumento) no ativo:				
Contas a receber de clientes	30.558	(51.912)	-	(21.354)
Estoques	(46.269)	(5.896)	-	(52.165)
Outros créditos e demais contas	(81.194)	(998)	-	(82.192)
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	(12.686)	15.829	-	3.143
Obrigações de planos de pensão e benefícios pós-emprego	-	-	(17.490)	(17.490)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(76.806)	-	-	(76.806)
Outras obrigações e demais contas	(39.170)	28.964	(81.613)	(91.819)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(71.974)	17.780	-	(54.194)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(165.758)	43.436	190.730	68.408

	31/12/2012			
	Ajustes IFRS 11/ CPC 19		Reclassificações (*)	Reapresentada
	Originalmente apresentada			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de investimentos líquidos de caixa	(1.089.728)	16	-	(1.089.712)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(259.597)	12.200	-	(247.397)
Aquisição de ativos intangíveis	(1.387)	-	-	(1.387)
Resgate de aplicações financeiras	<u>45.837</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.837</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.304.875)</u>	<u>12.216</u>	<u>-</u>	<u>(1.292.659)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captações de empréstimos e financiamentos	2.956.160	(486.244)	(199.999)	2.269.917
Amortizações de empréstimos e financiamentos - principal	(1.183.244)	453.314	420	(729.510)
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(1.915)	-	-	(1.915)
Pagamento de dividendos propostos e adicionais	<u>(86.844)</u>	<u>345</u>	<u>-</u>	<u>(86.499)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>1.684.157</u>	<u>(32.585)</u>	<u>(199.579)</u>	<u>1.451.993</u>
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>213.524</u></u>	<u><u>23.067</u></u>	<u><u>(8.849)</u></u>	<u><u>227.742</u></u>
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DAS CONTROLADAS NO EXTERIOR				
	<u>1.492</u>	<u>-</u>	<u>8.849</u>	<u>10.341</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	291.484	(28.205)	-	263.279
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>506.500</u>	<u>(5.138)</u>	<u>-</u>	<u>501.362</u>
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>215.016</u></u>	<u><u>23.067</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>238.083</u></u>

(*) Reclassificações:

Para melhor comparabilidade com a classificação adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram feitas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2012 em relação aos originalmente publicados referentes à demonstração dos fluxos de caixa consolidados.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO

	31/12/2012		
	Originalmente apresentada	Ajustes IFRS 11/ CPC 19	Reapresentada
RECEITAS			
Vendas de mercadorias e produtos	6.153.340	(494.555)	5.658.785
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.325)	(934)	(2.259)
Outras receitas	<u>27.224</u>	<u>(2.515)</u>	<u>24.709</u>
	<u>6.179.239</u>	<u>(498.004)</u>	<u>5.681.235</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)			
Matérias-primas consumidas	(3.671.740)	287.715	(3.384.025)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(764.071)</u>	<u>144.847</u>	<u>(619.224)</u>
	<u>(4.435.811)</u>	<u>432.562</u>	<u>(4.003.249)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.743.428</u>	<u>(65.442)</u>	<u>1.677.986</u>
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização	(181.061)	7.872	(173.189)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS	<u>1.562.367</u>	<u>(57.570)</u>	<u>1.504.797</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial	-	(33.121)	(33.121)
Receitas financeiras	87.856	(40.557)	47.299
Variação cambial líquida	<u>-</u>	<u>(8.140)</u>	<u>(8.140)</u>
	<u>87.856</u>	<u>(81.818)</u>	<u>6.038</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>1.650.223</u>	<u>(139.388)</u>	<u>1.510.835</u>

	31/12/2012		
	Originalmente apresentada	Ajustes IFRS 11/ CPC 19	Reapresentada
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Colaboradores:			
Salários e encargos sociais	797.777	(71.036)	726.741
Participação de colaboradores	68.488	(6.199)	62.289
Impostos:			
Federais	345.213	(33.448)	311.765
Estaduais	143.406	(32.042)	111.364
Municipais	288	(70)	218
Financiadores:			
Juros/taxas	248.371	(74.078)	174.293
Aluguéis	7.517	(199)	7.318
Acionistas:			
Dividendos propostos e adicionais	3.490	-	3.490
Juros sobre o capital próprio	25.372	-	25.372
Lucros retidos	49.143	-	49.143
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	(38.842)	77.684	38.842
	<u>1.650.223</u>	<u>(139.388)</u>	<u>1.510.835</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Não houve ajustes nas informações originalmente divulgadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido referente a 31 de dezembro de 2012.

35. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão e divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 26 de fevereiro de 2014.

Dan Ioschpe
Presidente

Marcos S. de Oliveira
Vice-presidente
Corporativo

Oscar A.F. Becker
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores

Adriano R. Santos
Diretor de Controladoria

Eloise Moreira
Contadora
CRC nº 1 SP 288897/O-7